

# **BOLETIM INFORMATIVO SOBRE O SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO**

**3.º Trimestre 2014**



**21 de janeiro de 2015**

## ÍNDICE

1.	SUMÁRIO EXECUTIVO -----	3
2.	ENQUADRAMENTO -----	4
3.	SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DO SEE -----	5
3.1.	Análise dos Resultados -----	5
3.2.	Análise Patrimonial -----	13
3.3.	Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro -----	17
3.4.	Responsabilidades Contingentes -----	20
4.	PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES -----	22
5.	PAGAMENTOS EM ATRASO (ARREARS) -----	23
6.	PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO -----	26
	ANEXOS -----	29
	A – UNIVERSO SEE ANALISADO -----	30
	B – ANÁLISE DOS RESULTADOS -----	31
	C – ANÁLISE PATRIMONIAL -----	37
	D – PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES -----	39
	E – LEGISLAÇÃO NO ÂMBITO DO SEE -----	40

## 1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente boletim informativo apresenta uma visão geral sobre a evolução da situação económico-financeira e patrimonial do Setor Empresarial do Estado (SEE), excluindo as empresas financeiras, ou seja incide sobre o universo das Empresas Públicas Não Financeiras (EPNF).

No 3.º trimestre de 2014 destacam-se os seguintes aspetos:

- O volume de negócios, do SEE apresenta, em termos homólogos, um crescimento de 70,9 M€ (+1,1%), atingindo 6.641,7 M€;
- Os gastos operacionais foram reduzidos em 1,6% face ao 3.º trimestre de 2013, para um total de 6.495,0 M€ induzidos pela redução verificada nos gastos com pessoal de -89,9 M€ (-3,4%) e CMVMC de -124,7 M€ (-8,1%);
- O SEE mantém um EBITDA positivo de 493,5 M€, ainda que inferior ao do período homólogo, já que em 2013 beneficiou do impacto das receitas das privatizações ocorridas;
- O resultado financeiro global apresenta uma melhoria assinalável de 49,0 M€ (+6%) face ao período homólogo de 2013.

A partir de setembro de 2014, foi adotada a nova lista do Setor Institucional das Administrações Públicas publicada pelo INE da qual resultou o aumento considerável do número de empresas reclassificadas (EPR). Deste alargamento do universo de EPR resultou que 91% do total do financiamento obtido se concentrou nestas empresas.

Durante o 3.º trimestre de 2014, o nível de endividamento das EPNF reduziu em 1,2%, face ao final do ano de 2013, ascendendo o endividamento total a 31.763,1 M€, sendo:

- Empresas Públicas Reclassificadas (EPR), num total de 28.890,2 M€ (-1,5%);
- Empresas Públicas Não Reclassificadas (EPNR), num total de 2.873,0 M€ (+1,6%).

## 2. Enquadramento

O presente boletim informativo enquadra-se no âmbito do regular acompanhamento pela DGTF das empresas que integram o SEE.

A análise desenvolvida ao nível da demonstração de resultados incide sobre o 3.º trimestre de 2014 por comparação com o trimestre homólogo de 2013, enquanto o balanço compara com o final do ano anterior.

A generalidade das empresas do SEE utiliza como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), existindo ainda outras que utilizam o *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

As empresas do sector da Saúde utilizaram até 31 de dezembro de 2013, como referencial contabilístico, o Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde. Essa situação foi alterada com a publicação do Despacho n.º 1507/2014, da Secretária de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Saúde, na 2.ª série do Diário da República n.º 21, de 30 de janeiro, o qual obriga as entidades públicas empresariais da área da Saúde a adotar o SNC a partir do exercício de 2014.

Os elementos de informação económica e financeira das empresas correspondem a contas executadas e individuais, obtidos, em geral, do Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF), sendo os valores reportados da responsabilidade das próprias entidades, os quais são suscetíveis de acerto até ao encerramento das contas do exercício.

Por este motivo e pela alteração contabilística no sector da Saúde, os dados financeiros poderão não coincidir com os apresentados em boletins anteriores.

A referência “Empresas Parpública” corresponde à Parpública e às suas empresas participadas de maior relevância, não se devendo, no entanto, considerar como contas consolidadas.

Finalmente importa referir que o presente boletim se encontra estruturado por forma a possibilitar uma visão geral do SEE ao nível das seguintes áreas:

- Situação económico-financeira e patrimonial do SEE;
- Exposição a Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro (IGRF) contratados;
- Extensão das Responsabilidades Contingentes;
- Evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores (PMP);
- Trajetória dos Pagamentos em Atraso (*Arrears*);
- Cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE).

### 3. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DO SEE

#### 3.1. Análise dos Resultados

##### 3.1.1. Volume de Negócios

No final do 3.º trimestre de 2014 o volume de negócios do SEE registou um crescimento de 70,9 M€ (+1,1%) face ao 3.º trimestre do ano anterior, alcançando um total de 6.641,7 M€.

A variação do volume de negócios do SEE neste período é explicada essencialmente pela subida de 178,6 M€ registada no setor da Saúde que mais do que compensou a evolução verificada na Estradas de Portugal (EP), onde se registou um decréscimo em virtude da diminuição da atividade de construção da Rede Rodoviária Nacional (RRN).

Refira-se que a atividade de construção da EP está relacionada com os contratos de concessão e produz um efeito neutro nos resultados da empresa, uma vez que é contabilizada simultaneamente como proveito e gasto.

**Quadro 3.1.1. – Volume de negócios por sector**

Unid: Milhares de euros

	3.º Trim 2014	3.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%
Comunicação Social	172.492	152.858	19.633	12,8%
Cultura	3.530	3.483	46	1,3%
Infraestruturas	1.078.041	1.253.989	-175.948	-14,0%
Requalificação Urbana	-	-	-	-
Saúde	2.980.919	2.802.313	178.606	6,4%
Transportes	396.416	385.026	11.390	3,0%
Outros	98.809	67.814	30.996	45,7%
Empresas Parpública	1.911.478	1.905.334	6.144	0,3%
<b>Total</b>	<b>6.641.685</b>	<b>6.570.818</b>	<b>70.868</b>	<b>1,1%</b>

Fonte: SIRIEF

O elevado crescimento do sector da Saúde, cerca de 178,6 M€ (+6,4%), tem origem essencialmente no CH de Lisboa Norte (+55,2 M€), CH do Porto (+26,8 M€), CH e Universitário de Coimbra (+23,8 M€) e CH de Lisboa Ocidental (+15,5 M€), decorrente de adendas ao Contrato Programa.

O sector Outros registou um crescimento do volume de negócios de 31,0 M€ (+45,7%) face ao 3º trimestre de 2013, explicado essencialmente pela combinação da variação registada na ENMC (+40,3 M€), com a variação da AICEP (-7,7 M€).

A evolução do volume de negócios no sector da Comunicação Social corresponde ao crescimento de 19,4 M€ (+13,7%) atingido pela RTP face ao 3.º trimestre de 2013, decorrente do aumento do valor unitário da Contribuição para o Audiovisual (CAV).

No sector dos Transportes, o aumento de 3% é explicado essencialmente pela evolução deste agregado na CP e no Metropolitano de Lisboa (ML), que registaram, respetivamente, crescimentos de 8,2 M€ e 4,0 M€.

### 3.1.2. Gastos Operacionais

No final do 3.º trimestre de 2014, os gastos operacionais do SEE atingiram um total de 6.495,0 M€, o correspondente a uma redução de 105,9 M€ (-1,6%) face a igual período do ano anterior.

**Quadro 3.1.2.1. – Total dos Gastos Operacionais do SEE**

Unid: Milhares de euros

	3.º Trim 2014	3.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%
Comunicação Social	161.461	148.162	13.299	9,0%
Cultura	18.389	18.289	99	0,5%
Infraestruturas	696.772	846.294	-149.522	-17,7%
Requalificação Urbana	1.801	2.487	-686	-27,6%
Saúde	3.223.960	3.251.653	-27.693	-0,9%
Transportes	450.094	473.769	-23.675	-5,0%
Outros	86.130	67.985	18.146	26,7%
Empresas Parpública	1.856.378	1.792.295	64.084	3,6%
<b>Total</b>	<b>6.494.984</b>	<b>6.600.933</b>	<b>-105.949</b>	<b>-1,6%</b>

Fonte: SIRIEF

Excluindo o impacto do investimento da EP, pelas razões explicitadas no ponto anterior, os gastos operacionais no SEE verificam um crescimento de 1,0%, essencialmente pela evolução das Empresas Parpública e Outros, com aumentos de 64,1 M€, e 18,1 M€, respetivamente, em conjugação com as reduções verificadas no sector da Saúde e do sector dos Transportes, com reduções de 27,7 M€ e 23,7 M€, respetivamente.

Quadro 3.1.2.2. – Gastos Operacionais do SEE

Unid: Milhares de euros

	Gastos com Pessoal				Fornecimentos e Serviços Externos				CMVMC			
	3.º Trim 2014	3.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%	3.º Trim 2014	3.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%	3.º Trim 2014	3.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%
Comunicação Social	65.185	70.711	-5.526	-7,8%	31.224	28.953	2.271	7,8%	65.052	48.499	16.553	34,1%
Cultura	13.578	13.515	64	0,5%	4.798	4.755	43	0,9%	12	20	-8	-38,4%
Infraestruturas	226.442	251.904	-25.462	-10,1%	277.526	238.053	39.473	16,6%	192.804	356.337	-163.532	-45,9%
Requalificação Urbana	145	111	34	30,4%	1.656	2.376	-720	-30,3%	-	-	-	-
Saúde	1.687.823	1.720.220	-32.397	-1,9%	519.889	499.189	20.700	4,1%	1.016.248	1.032.244	-15.996	-1,5%
Transportes	192.900	216.051	-23.151	-10,7%	228.706	228.112	594	0,3%	28.488	29.606	-1.118	-3,8%
Outros	23.188	24.161	-973	-4,0%	41.027	43.824	-2.796	-6,4%	21.915	-	21.915	-
Empresas Parpública	370.960	373.439	-2.479	-0,7%	1.387.075	1.337.994	49.081	3,7%	98.343	80.862	17.481	21,6%
<b>Total</b>	<b>2.580.221</b>	<b>2.670.111</b>	<b>-89.890</b>	<b>-3,4%</b>	<b>2.491.900</b>	<b>2.383.255</b>	<b>108.645</b>	<b>4,6%</b>	<b>1.422.863</b>	<b>1.547.567</b>	<b>-124.704</b>	<b>-8,1%</b>

Fonte: SIRIEF

No 3º trimestre de 2014 os **Gastos com Pessoal** no SEE reduziram-se cerca de 89,9 M€ (-3,4%) para um total de 2.580,2 M€, sendo de destacar as seguintes evoluções:

- O sector da Saúde diminuiu em 32,4 M€ estes gastos, o que corresponde a uma variação de -1,9% face ao período homólogo. Refira-se que este sector representa cerca de 65,4% desta rubrica no conjunto do SEE;
- No sector das Infraestruturas, a NAV e a REFER registaram as maiores reduções, cerca de 10,1 M€ e 9,8 M€, respetivamente, decorrente de acertos registados no 3.º trimestre de 2013 associados à decisão do Tribunal Constitucional relativa à reposição dos subsídios de férias e de Natal;
- No sector dos Transportes, a CP registou a maior diminuição dos gastos com pessoal, cerca de 9,3 M€, dos quais cerca de metade corresponde a um menor volume de indemnizações por cessação do contrato de trabalho pagas durante o 3.º trimestre de 2014. De salientar ainda que na Carris houve uma redução de 7,0 M€ decorrente da diminuição de efetivos verificada na empresa;
- No sector da Comunicação Social, a redução de 5,5 M€ (-7,8%) verificada resultou da evolução do número médio de trabalhadores da RTP, menos 192, o equivalente a -9,7%.

Os **FSE** apresentaram um crescimento de 108,6 M€ (+4,6%) face ao 3.º trimestre de 2013, sendo que excluindo o investimento em Infraestruturas de Longa Duração (ILD) realizado pela EDIA, o aumento dos FSE é de 70,2 M€ (+3,0%).

O maior contributo para esta evolução verificou-se nas Empresas Parpública, com um aumento de 49,1 M€ (+3,7%), justificado quase exclusivamente pela TAP, SA, decorrente de perturbações na atividade durante o verão de 2014, nomeadamente implicando o fretamento de aviões e indemnizações a passageiros.

O sector das Infraestruturas apresenta um aumento de FSE de 39,5 M€ (+16,6%) explicado quase na sua totalidade pela EDIA, decorrente do incremento do investimento em ILD, referido anteriormente.

O sector da Saúde regista um crescimento de 20,7 M€ (+4,1%) no 3.º trimestre de 2014, explicado na sua maioria pelo aumento registado no Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca (+9,4 M€) e no Hospital de Magalhães Lemos (+7,5 M€), em virtude da inclusão, em 2014, dos programas verticais relacionados com as Instituições do Sector Social no Contrato Programa.

No que refere ao **CMVMC**, a maior variação ocorre no sector das Infraestruturas, com um decréscimo de 163,5 M€ (-45,9%), decorrente da redução da atividade de construção na EP, conforme referido anteriormente.

É de destacar ainda os aumentos registados nos seguintes sectores:

- Outros, mais 21,9 M€, correspondentes à totalidade do valor registado pela ENMC no 3.º trimestre de 2014, referente à contabilização do custo das reservas de crude vendidas;
- Empresas Parpública, mais 17,5 M€, maioritariamente relativo à TAP, SA, decorrente de trabalhos profundos de remodelação de duas aeronaves; e
- Comunicação Social, mais 16,6 M€ referentes à RTP.

O sector da Saúde no 3.º trimestre de 2014 reduziu o CMVMC em 16,0 M€ face ao valor registado em igual período do ano passado, justificado essencialmente pelo CH Lisboa Norte (-10,9 M€) e pelo CH Lisboa Central (-5,1 M€).

### 3.1.3. EBITDA - *Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*

No 3.º trimestre de 2014, o EBITDA do SEE diminuiu 54,3% face a igual período de 2013, atingindo o montante de 493,5 M€.

Quadro 3.1.3. – EBITDA do SEE

Unid: Milhares de euros

	3.º Trim 2014	3.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%
Comunicação Social	11.467	25.297	-13.830	-54,7%
Cultura	612	-193	804	417,5%
Infraestruturas	545.291	541.434	3.857	0,7%
Requalificação Urbana	-41	-51	10	20,5%
Saúde	-100.989	-269.256	168.267	62,5%
Transportes	-118.760	61.745	-180.506	-292,3%
Outros	16.023	5.122	10.901	212,8%
Empresas Parpública	139.922	715.316	-575.394	-80,4%
<b>Total</b>	<b>493.525</b>	<b>1.079.415</b>	<b>-585.891</b>	<b>-54,3%</b>

Fonte: SIRIEF



O sector da Saúde foi o que mais melhorou o seu EBITDA, cerca de 168,3 M€, em virtude do crescimento das vendas e serviços prestados referido anteriormente, sendo de destacar as seguintes empresas:

- CH de Lisboa Norte, +77,4 M€
- CH e Universitário de Coimbra, +22,6 M€
- CH do Porto, +12,3 M€, e
- CH de Setúbal, +12,1 M€

O sector Outros, impulsionado pelo volume de negócios da ENMC, verifica um crescimento do EBITDA de 10,9 M€ face ao 3.º trimestre do ano anterior, alcançando um total de 16,0 M€.

O sector das Infraestruturas manteve um EBITDA semelhante ao do 3.º trimestre de 2013, com um ligeiro crescimento de 0,7%, justificado pelas seguintes variações:

- Crescimento de 23,8 M€ na REFER, decorrente da constituição de provisões em 2013, num total de 20,3 M€, relativo a processos judiciais em curso, com impacto negativo no exercício desse ano;
- Diminuição de 10,6 M€ na Parque Escolar dado que em 2013 foram contabilizados 92,1 M€ provenientes do reconhecimento dos subsídios ao investimento recebidos, enquanto em 2014, este valor foi de apenas 24,2 M€. Este impacto foi atenuado pelo reduzido montante das provisões relativas a processos judiciais constituídas no 3.º trimestre de 2014, num total de 13,7 M€ face aos 62,2 M€ verificados no período homólogo do ano anterior;
- Redução de 15,3 M€ na EP, decorrente da diminuição da capitalização dos encargos financeiros com a construção.

Nas Empresas Parpública, a evolução do EBITDA deste grupo de empresas resultou quase exclusivamente do resultado da Parpública e TAP, SA neste trimestre, com uma redução de -575,4 M€ (-80,4%) face ao 3.º trimestre de 2013.

Na Parpública, as privatizações ocorridas em 2013 impulsionaram fortemente o EBITDA desse ano, consequentemente, na comparação do 3.º trimestre de 2014 com o período homólogo do ano anterior, verifica-se uma forte quebra deste indicador (-537,8 M€). Enquanto na TAP, SA o aumento dos gastos operacionais justifica a redução do EBITDA (-42,5 M€).

No sector dos Transportes a diminuição do EBITDA em 180,5 M€ no final do 3.º trimestre de 2014, é explicada essencialmente por reduções de justo valor, nomeadamente no MP que passou de 17,1 M€ para -101,0 M€, e na CP onde diminuiu de 62,0 M€ para 8,4 M€.

A salientar ainda que o ML constituiu uma provisão de 23,5 M€ relacionada com os contratos *swap* cuja validade está a ser discutida no âmbito de um processo judicial.

No 3.º trimestre de 2014, o EBITDA do sector da Comunicação Social diminuiu 13,8 M€ face a igual período de 2013, atingindo um total de 11,5 M€, justificado principalmente pela RTP, decorrente da evolução do volume de negócios e gastos operacionais referidos anteriormente, bem como pela eliminação da indemnização compensatória de 31,7 M€.

### 3.1.4. EBITDA ajustado no sector dos Transportes e gestão da infraestrutura ferroviária

No âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) estabelecido entre Portugal, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, foi assumido o compromisso de equilibrar a função operacional do sector dos Transportes e gestão da infraestrutura ferroviária. Apesar das revisões regulares do PAEF terem já terminado, decidiu-se manter o capítulo relativo ao EBITDA Ajustado no sector dos Transportes e gestão da infraestrutura ferroviária, de forma a proporcionar uma comparação e escrutínio da evolução da função operacional do sector.

Para aferição da evolução da função operacional, determinou-se utilizar como métrica a evolução do EBITDA ajustado face a 2010. Este indicador encontra-se expurgado de variações de justo valor e rubricas de efeito extraordinário, designadamente as resultantes de atividades de investimento em infraestruturas e de racionalização de pessoal.

Verifica-se assim uma evolução positiva 171,9 M€, entre o 3.º trimestre de 2010 e o 3.º trimestre de 2014, no EBITDA ajustado do sector dos Transportes e gestão da infraestrutura ferroviária. Com efeito, numa base comparável, o EBITDA ajustado passou de -152,7 M€ no 3º trimestre de 2010 para 19,2 M€ no 3.º trimestre de 2014.

Na comparação homóloga entre o 3.º trimestre de 2013 e o 3.º trimestre de 2014, verificou-se uma diminuição do EBITDA ajustado de cerca de 5,0 M€.

Quadro 3.1.4. – EBITDA Ajustado agregado

Unid: Milhares de euros

EBITDAr	3.ºTrim 2010	3.ºTrim 2011	3.ºTrim 2012	3.ºTrim 2013	3.ºTrim 2014
Vendas e Serviços Prestados (s/ IFRIC)	415.257,4	423.318,5	452.535,5	447.575,5	459.645,4
Indemnizações Compensatórias	110.993,3	148.376,9	119.743,9	126.913,5	85.023,1
Outros subsídios e compensações financeiras	1.699,0	2.046,6	3.379,9	1.337,9	1.964,3
Outros rendimentos e ganhos	55.263,6	49.047,0	49.344,5	50.988,4	55.151,4
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>583.213,3</b>	<b>622.789,1</b>	<b>625.003,8</b>	<b>626.815,3</b>	<b>601.784,3</b>
CMVMC	36.468,1	39.111,8	34.349,5	31.982,7	30.879,0
FSE (s/ IFRIC)	347.618,8	308.504,1	287.110,6	290.700,1	293.826,5
Custos com Pessoal (1)	341.689,8	310.507,4	251.297,2	273.773,0	246.388,9
Outros gastos e perdas	10.136,1	6.850,5	9.455,7	6.121,8	11.490,8
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>735.912,9</b>	<b>664.973,8</b>	<b>582.213,0</b>	<b>602.577,6</b>	<b>582.585,2</b>
<b>EBITDAr</b>	<b>-152.699,6</b>	<b>-42.184,7</b>	<b>42.790,8</b>	<b>24.237,7</b>	<b>19.199,2</b>
(1) Excluindo custos com rescisões, no valor de:	5.124,8	12.573,1	8.516,9	9.636,9	4.107,9

Fonte: Ministério da Economia

### 3.1.5. Resultados Financeiros

No 3.º trimestre de 2014 os resultados financeiros do SEE melhoraram 6,0% face ao período homólogo de 2013, para um total de -764,3 M€, essencialmente, pela diminuição dos prejuízos financeiros no sector Outros (+121,8 M€), que suportou o agravamento no sector dos Transportes (-46,8 M€) e no sector das Infraestruturas (-30,7 M€).

**Quadro 3.1.5. – Resultados financeiros do SEE**

Unid: Milhares de euros

	3.º Trim 2014	3.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%
Comunicação Social	-3.182	-3.004	-178	-5,9%
Cultura	-22	-8	-14	-178,7%
Infraestruturas	-338.857	-308.123	-30.735	-10,0%
Requalificação Urbana	63	80	-17	-21,4%
Saúde	5.726	-3.917	9.643	246,2%
Transportes	-291.279	-244.507	-46.772	-19,1%
Outros	-2.096	-123.927	121.831	98,3%
Empresas Parpública	-134.665	-129.867	-4.798	-3,7%
<b>Total</b>	<b>-764.313</b>	<b>-813.273</b>	<b>48.959</b>	<b>6,0%</b>

Fonte: SIRIEF

O resultado financeiro verificado no sector Outros decorre quase exclusivamente da ENMC, que, com a liquidação do instrumento financeiro derivado em 2013, agravou o prejuízo financeiro desse período em 124,7 M€.

No sector dos Transportes a evolução verificada é justificada essencialmente pelas variações nas seguintes empresas:

- MP, agravamento de 84,9 M€ para um total de -86,5 M€;
- STCP, agravamento de 34,0 M€ para -38,3 M€;
- ML, melhoria de 23,2 M€ para -12,5 M€; e
- CP, melhoria de 39,3 M€ para -122,5 M€

O sector das Infraestruturas verifica um aumento do prejuízo financeiro de 10,0%, resultado da conjugação do agravamento de 19,8 M€ do resultado financeiro da REFER, decorrente da atividade de *hedging*, com o agravamento de 11,5 M€ na EP, consequência de um aumento dos gastos financeiros com Contratos Subconcessão.

### 3.1.6. Resultados Líquidos

O resultado líquido global do SEE durante o 3.º trimestre de 2014 diminuiu 480,4 M€ face ao período homólogo de 2013, alcançando um total de -842,3 M€.

Quadro 3.1.6. – Resultado líquido do SEE

Unid: Milhares de euros

	3.º Trim 2014	3.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%
Comunicação Social	1.121	17.131	-16.010	-93,5%
Cultura	168	-652	821	125,8%
Infraestruturas	-27.699	-24.351	-3.348	-13,7%
Requalificação Urbana	0	0	0	291,3%
Saúde	-199.206	-380.535	181.330	47,7%
Transportes	-541.055	-320.665	-220.390	-68,7%
Outros	8.306	-119.707	128.013	106,9%
Empresas Parpública	-83.933	466.895	-550.829	-118,0%
<b>Total</b>	<b>-842.297</b>	<b>-361.884</b>	<b>-480.413</b>	<b>-132,8%</b>

Fonte: SIRIEF

A maior variação registada no universo do SEE ocorre nas Empresas Parpública, especificamente na própria Parpública e na TAP, SA que, face ao 3.º trimestre de 2013, diminuíram o seu resultado líquido em 503,4 M€ e 36,3 M€, respetivamente, pelos fatores anteriormente referidos.

O sector dos Transportes agravou o seu resultado líquido em 220,4 M€, alcançando no final do 3.º trimestre de 2014 um total de -541,1 M€. Esta evolução é essencialmente justificada pelo agravamento da rúbrica de variações de justo valor, em cerca de 168,9 M€, referida na análise do EBITDA, a que acresce o agravamento dos resultados financeiros, em 46,8 M€.

A variação favorável de 128,0 M€ no resultado líquido do sector Outros é maioritariamente explicada pelo impacto negativo que a liquidação do *swap* da ENCM teve nas contas de 2013 da empresa.

O incremento das vendas e serviços prestados decorrente de Adendas ao Contrato-Programa, aliado à contenção de custos, ocorrido no sector da Saúde, justifica a melhoria do resultado líquido de 181,3 M€ neste sector, alcançando no final do 3.º trimestre de 2014 um total de -199,2 M€.

## 3.2. Análise Patrimonial

### 3.2.1. Estrutura Patrimonial / Capitais Próprios

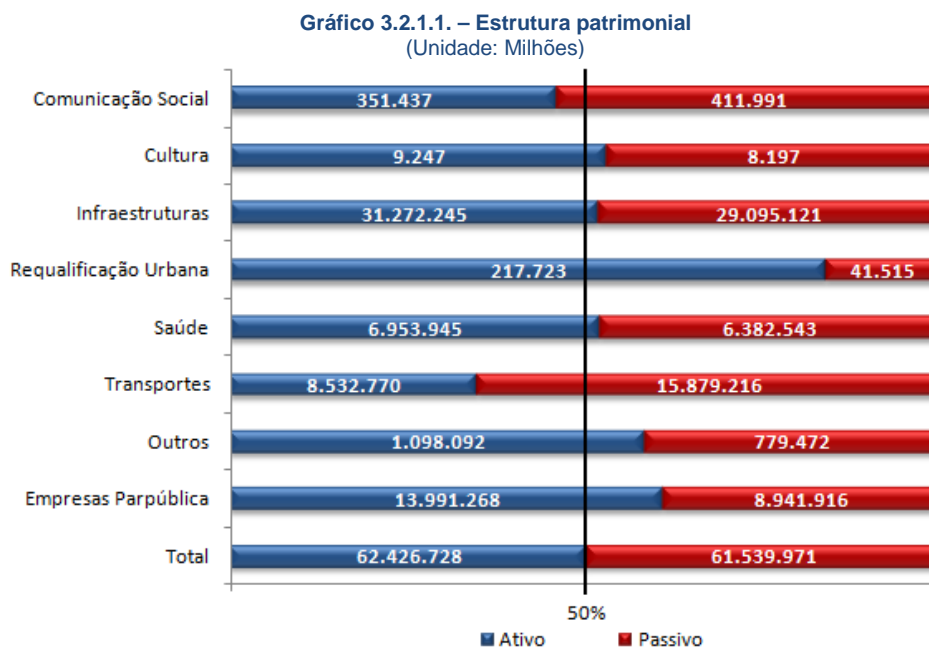
Em termos patrimoniais, no 3.º trimestre de 2014, o SEE apresenta uma evolução positiva face aos valores de final de ano de 2013, com o ativo e o passivo a crescerem 6,5% e 4,6%, respetivamente.

Os aumentos de capital realizados durante este trimestre melhoraram substancialmente a situação patrimonial das empresas do SEE

No âmbito dos planos de reestruturação financeira das empresas, em execução em 2014, foram realizados aumentos de capital nas empresas do SEE, nomeadamente:

- Sector das Infraestruturas, em cerca de 1.548,1 M€;
- Sector da Saúde, no montante de 352,2 M€;
- Sector dos Transportes, no valor de 138,1 M€ e
- Sector da Requalificação Urbana, num total de 1,8 M€.

Estas dotações de capital permitiram uma forte melhoria da situação patrimonial do SEE, com o capital próprio a crescer para um total de 886,8 M€ no final do 3.º trimestre de 2014.



Fonte: SIRIEF

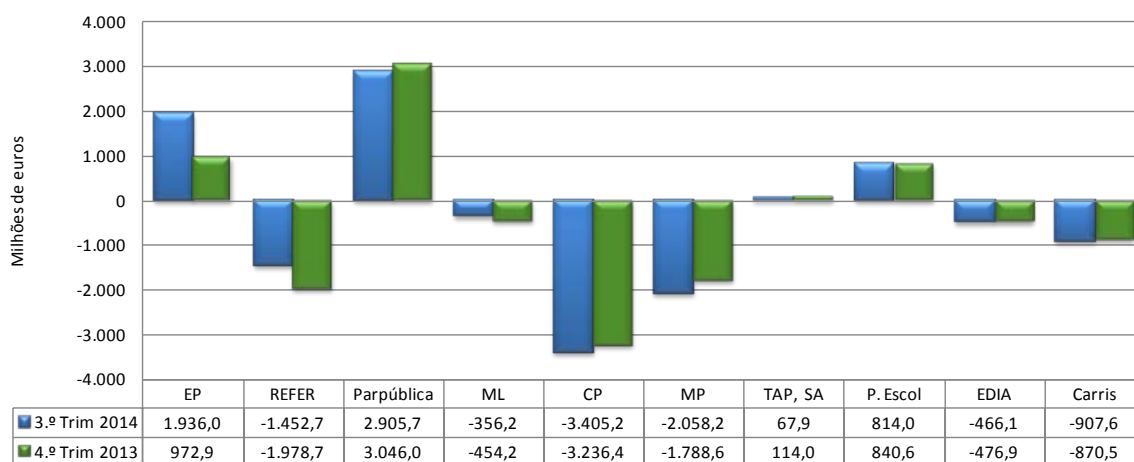
O gráfico acima evidencia a situação desequilibrada que o sector dos Transportes ainda continua a apresentar, com o passivo a representar quase o dobro do ativo, atingindo, consequentemente, os

capitais próprios o valor de -7.346,4 M€, valor que representa um agravamento de 6,2% face ao final do ano de 2013.

O sector das Infraestruturas, decorrente do elevado volume de investimento inerente ao mesmo, apresenta um valor de ativo (31.272,2 M€) e passivo (29.095,1 M€) muito superior ao dos restantes, sendo de referir que o aumento de capital realizado na EP, de 956,2 M€, e na REFER, de 591,9 M€, durante o 3.º trimestre de 2014, originou o crescimento dos capitais próprios no sector de 92,6% face ao final do ano anterior.

Com a entrada da Parque Expo em processo de liquidação, a empresa foi retirada da análise deste boletim, pelo que face a boletins anteriores verifica-se um diminuição do peso do sector da Requalificação Urbana.

**Gráfico 3.1.2.2. – Capital próprio das empresas com maior passivo**



Fonte: SIRIEF

O gráfico acima apresentado mostra a evolução do capital próprio das 10 empresas com maior passivo, ordenado de forma decrescente do passivo.

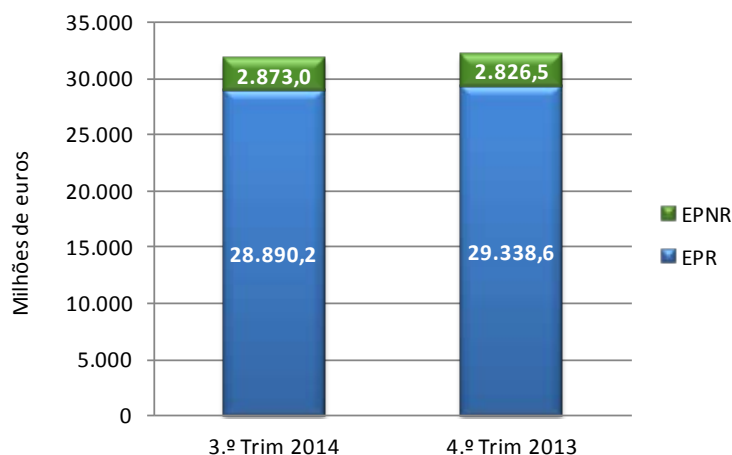
### 3.2.2. Endividamento

Na análise do endividamento foi feita uma divisão entre Entidades Públicas Não Reclassificadas (EPNR) e Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), uma vez que o aumento do endividamento das EPR produz efeito na dívida pública, por estas empresas se encontrarem incluídas no perímetro de consolidação das Administrações Públicas.

Em setembro do corrente ano, o INE publicou uma nova lista do Sector Institucional das Administrações Públicas que aumentou consideravelmente o número de EPR. Deste alargamento

resultou que o universo das empresas reclassificadas passou a concentrar 91% do total do financiamento obtido ou seja, 28.890,2 M€, conforme o gráfico seguinte.

Gráfico 3.2.2.1. – Endividamento por EPR e EPNR



Fonte: SIRIEF

No final do 3.º trimestre de 2014, o SEE registou uma diminuição do endividamento de 1,2% face ao valor verificado no final de 2013, tendo diminuído para 31.763,2 M€, repartidos pelas EPR, num total de 28.890,2 M€ (-1,5%), e EPNR, num total de 2.873,0 M€ (+1,6%).

Quadro 3.2.2. – Endividamento

Unid: Milhares de euros

	3.º Trim 2014	4.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%
Comunicação Social	71.987	74.404	-2.417	-3,2%
Cultura	910	900	10	1,1%
Infraestruturas	11.732.232	12.417.435	-685.204	-5,5%
Requalificação Urbana	0	111	-111	-100,0%
Saúde	44.135	383.989	-339.854	-88,5%
Transportes	12.663.926	12.608.668	55.258	0,4%
Outros	574.264	510.593	63.671	12,5%
Empresas Parpública	6.675.693	6.168.987	506.706	8,2%
<b>Total</b>	<b>31.763.147</b>	<b>32.165.088</b>	<b>-401.941</b>	<b>-1,2%</b>

Fonte: SIRIEF

No que refere às EPR, os aumentos de capital realizados foram no sentido de reduzir os níveis de endividamento, pelo que no 3.º trimestre de 2014 verificou-se uma diminuição do endividamento, em cerca de 448,2 M€, nomeadamente no:

- Sector das Infraestruturas, com a REFER a reduzir o endividamento em 370,1 M€ (-5,2%) e a EP em 314,1 M€ (-9,8%);
- Sector da Saúde, que reduziu os financiamentos em 339,9 M€ (-88,5%).
- Sector dos Transportes, no qual o ML diminuiu cerca de 108,5 M€ (-2,5%); e

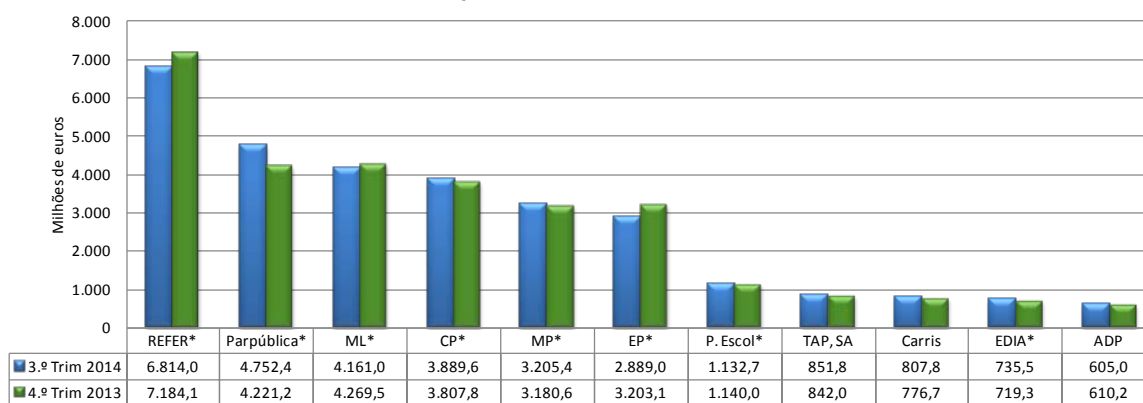
Dentro das EPR é de referir ainda o aumento do endividamento registado no 3.º trimestre de 2014 nas seguintes empresas:

- Parpública, +531,2 M€ (+12,6%);
- CP, +81,8 M€ (+2,1%);
- Empordef, +64,0 M€ (+42,5%), decorrente da transferência do passivo bancário dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo; e
- MP, +24,8 M€ (+0,8%).

Nas EPNR, o crescimento verificado do endividamento resulta maioritariamente da Carris, STCP e TAP, SA, com aumentos de 31,0 M€ (+4,0%), 20,7 M€ (+5,2%) e 9,8 M€ (+1,2%), respetivamente.

É de salientar ainda a Administração do Porto de Lisboa, que reduziu o endividamento em cerca de 7,5 M€ (-6,2%), optando por fazer amortizações extraordinárias de capital sempre que os cash-flows gerados o permitem.

Gráfico 3.2.2.2. – Empresas do SEE com maior endividamento



(\*) – EPR

Fonte: SIRIEF

As onze empresas constantes do gráfico supra, representam no seu somatório, 94,0% do endividamento total do SEE no 3.º trimestre de 2014.



### 3.3. Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro

Em 2009, foi emitido o Despacho n.º 101/09-SETF, de 30 de janeiro, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, definindo um conjunto de instruções a observar pelas EPNF que visavam mitigar os efeitos da volatilidade dos mercados financeiros sobre a situação das empresas, onde se incluía a obrigação das empresas prestarem ao Ministério das Finanças e da Administração Pública informação relativa à contratação de instrumentos derivados.

Em 2011, considerando a necessidade de reforçar o controlo preventivo relativamente à adoção de tais instrumentos, foi emitido o Despacho n.º 896/2011-SETF, de 9 de junho, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, determinando o envio à DGTF de informação detalhada sobre os Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro (IGRF), já contratados ou em projeto de contratação, pelo SEE, passando os novos IGRF a estar sujeitos a parecer prévio do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP). O mesmo despacho exigia ainda que as empresas fornecessem à DGTF informação detalhada sobre os IGRF, juntamente com proposta de decisão adequada à mitigação dos riscos e maximização da eficiência da operação de cobertura.

Em 2012, fruto da alteração dos estatutos do IGCP, E.P.E. (aprovados pelo Decreto-Lei n.º 200/2012, de 27 de agosto), foi atribuída a esta agência a gestão dos IGRF contratados pelas Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), tendo sido igualmente estabelecida a necessidade das Empresas Públicas Não Reclassificadas (EPNR) submeterem aqueles instrumentos a parecer do IGCP, E.P.E.

No final de 2012, o Estado Português iniciou um processo de reestruturação e simplificação das carteiras de IGRF das empresas públicas, tendo-se chegado a acordo com vários bancos, contrapartes das empresas nestas operações, para o seu cancelamento antecipado.

Neste contexto, refere-se que durante o terceiro trimestre de 2014 foram executadas três renovações mensais de um *swap* cambial da PARVALOREM, que visa a cobertura de uma posição de tesouraria em dólares, e foram contratados vários *swaps* de *jet fuel* de curto prazo pela TAP.

À data de 30 de setembro de 2014 existiam 49 IGRF nas carteiras de 10 empresas, repartidas por três sectores de atividade, com um nocional agregado de 2.278,2 M€ e um valor de mercado negativo da ordem dos 1.833,0 M€.

Desse universo, 9 derivados com estruturas do tipo “*snowball*”, contratados junto do Banco Santander Totta, estão a ter a sua validade discutida nos tribunais ingleses, em processos propostos pelo banco<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Mais concretamente, e face ao comunicado da SET de 26.04.2013, o BST propôs num tribunal inglês um conjunto de ações de simples apreciação, nos termos das quais o banco requer o reconhecimento da validade dos contratos em causa.

O quadro seguinte exhibe o valor contratual e o valor de mercado dos IGRF (*MtM*) por empresa das restantes 40 operações. Por se tratar de um FX *swap* de muito curto prazo, a tabela não inclui uma operação da PARVALOREM com um valor contratual de 75,4 M\$ e que apresentava, à data de 30.09.2014, um valor de mercado de cerca de -1,8 M€.

#### Quadro 3.3.2. - IGRF por Sector (excluindo 9 derivados BST)

Valores em milhares de euros, reportados a 30.09.2014

Empresa	Nº Operações	Valor Contratual	IGRF - MtM <sup>(1)</sup>	Endividamento <sup>(2)</sup>	MtM/Divida (%)
APL <sup>(3)</sup>	1	11,825	-2,226	113,168.8	-2.0%
<b>Subtotal Infra-Estruturas</b>	<b>1</b>	<b>11,825</b>	<b>-2,226</b>	<b>113,168.8</b>	<b>-2.0%</b>
Carris	2	168,800	-28,754	807,765.2	-3.6%
CP	2	200,546	-58,756	3,889,554.6	-1.5%
Metro Porto	2	105,321	-28,187	3,205,433.9	-0.9%
Metropolitano Lisboa	16	674,706	-100,453	4,161,011.5	-2.4%
TAP	8	129,122	-13,884	851,797.4	-1.6%
Transtejo	1	27,500	-3,162	183,533.3	-1.7%
<b>Subtotal Transportes</b>	<b>31</b>	<b>1,305,995</b>	<b>-233,195</b>	<b>13,099,095.9</b>	<b>-1.8%</b>
ADP	4	170,000	-33,245	605,000.0	-5.5%
<b>Subtotal Serv. Utilidade Pública</b>	<b>4</b>	<b>170,000</b>	<b>-33,245</b>	<b>605,000.0</b>	<b>-5.5%</b>
Parpública <sup>(4)</sup>	4	465,069	-209,277	4,752,438.1	-4.4%
<b>Total Geral</b>	<b>40</b>	<b>1,952,889</b>	<b>-477,944</b>	<b>18,569,702.8</b>	<b>-2.6%</b>

<sup>(1)</sup> Fonte: Valorização das contrapartes reportada pelas empresas

<sup>(2)</sup> Fonte: DGTF

<sup>(3)</sup> Derivado embedded num contrato de mútuo

<sup>(4)</sup> Inclui uma embedded put das obrigações convertíveis sobre ações da GALP

O quadro supra evidencia ainda o peso do valor de mercado dos IGRF contratados, à data de 30 de setembro, face ao endividamento das empresas.

Em termos da exposição ao risco de taxa de juro, foi feita uma análise da sensibilidade destes IGRF à variação das taxas de juro, tendo-se apurado que uma variação positiva de 1% na curva de rendimentos do euro teria um impacto favorável de cerca de 148,7 M€ no valor da carteira dos IGRF, enquanto uma variação negativa de 1% provocaria um agravamento de 226,7 M€<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Como tem sido referido nos boletins anteriores, impõe-se nesta análise um limite inferior de 0% nas taxas de juro, pelo que o choque imposto à curva de rendimentos foi inferior a 1% (em valor absoluto) nos prazos mais curtos.

Quadro 3.3.3.a. - Análise de sensibilidade à variação da curva de rendimentos do euro (excluindo 9 derivados BST)

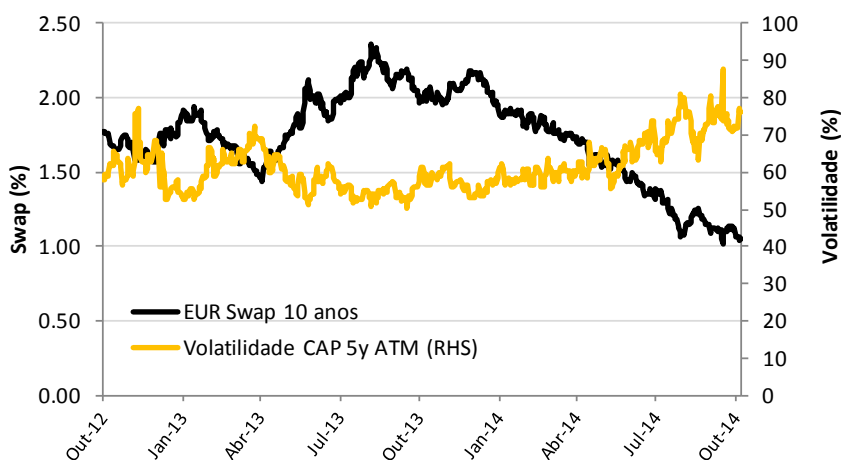
Valores em milhares de euros, reportados a 30.09.2014

Empresa	Nº Operações	IGRF - MtM	+1pp	-1pp *
ADP	4	-33,245	5,357	-5,830
APL	1	-2,226	406	-127
Carris	2	-28,754	1,033	-217
CP	2	-58,756	6,623	-2,121
Metropolitano Lisboa	16	-100,453	58,680	-135,381
Metro Porto	2	-28,187	8,346	-7,529
Parpública	4	-209,277	67,117	-75,332
TAP	8	-13,884	560	-102
Transtejo	1	-3,162	577	-100
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>-477,944</b>	<b>148,701</b>	<b>-226,739</b>

Comparativamente com o 2º trimestre de 2014, a sensibilidade do valor de mercado a uma diminuição de 1% nas taxas de juro aumentou em cerca de 15%, enquanto a sensibilidade à subida de 1% na curva aumentou cerca de 10%.

A assimetria não negligenciável destes impactos decorre essencialmente pelo facto de o impacto real aplicado à descida ser inferior a 1%. A título de exemplo, as taxas *swap* a 2 e 5 anos registavam a 30 de setembro valores de 0,19% e 0,45% respetivamente, pelo que o impacto aplicado sobre aquelas taxas, dado que a metodologia de análise seguida se baseia num pressuposto de taxas de juro não negativas, seria equivalente a estes valores e não a 1%<sup>3</sup>.

Gráfico 3.3. – Evolução do Mercado



<sup>3</sup> A persistência de valores muito baixos e até negativos na curva de rendimentos do euro poderão justificar uma alteração da metodologia. Tal será equacionado no próximo trimestre.

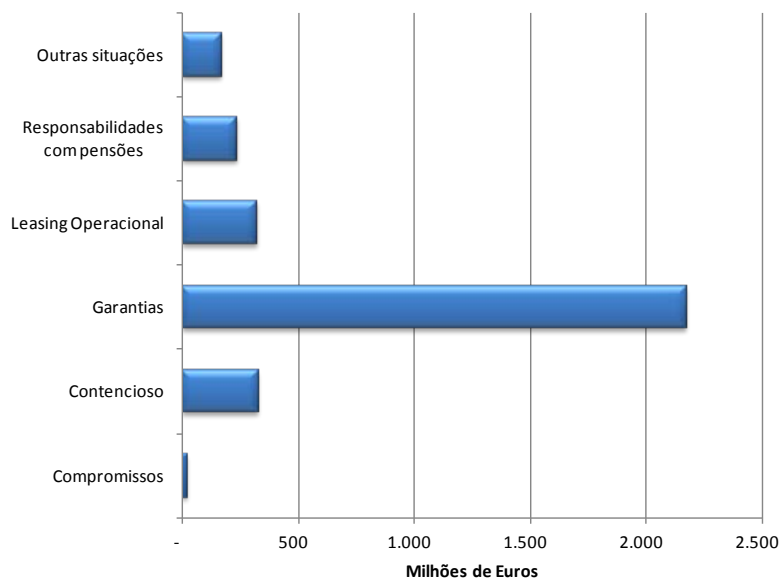
### 3.4. Responsabilidades Contingentes

A A informação recolhida junto das empresas do SEE teve em consideração a definição de “Responsabilidade Contingente” comumente aceite e coerente com as normas de contabilidade do SNC, presentemente em vigor.

As empresas analisadas reportaram, à data de 30 de setembro, 498 situações com responsabilidades contingentes associadas, num total de 3.245,7 M€, representando um decréscimo de cerca 6,7% face ao número de operações reportado em junho p.p..

A maioria das responsabilidades contingentes, correspondendo a 2.749,7 M€ (cerca de 84,7% do total), reside em quatro empresas, sendo elas a AdP (com 55,4%), a TAP (com 16,3%), o ML (com 7,2%) e a EP (com 4,7%).

Gráfico 3.4. - Responsabilidades contingentes por tipologia



Fonte: Empresas

Nota: Outras situações incluem capital não realizado, PPP/concessões, responsabilidades com pensões e expropriações.

As responsabilidades contingentes são explicadas, principalmente, pelas garantias, *leasing* operacional e contencioso correspondendo, respetivamente, a 2.171,4 M€ (66,9%), 319,5 M€ (9,8%) e 318,4 M€ (9,8%).

O elevado número de responsabilidades contingentes pendentes de resolução de processo em contencioso, conduz a que 86,0% das ocorrências não tenham um horizonte temporal definido para a sua resolução.

As responsabilidades com pensões, conforme o reporte das empresas, concentram-se no sector dos Transportes.

A desagregação das garantias concedidas por sector revela que 83,3% do seu montante está concentrado no sector dos Serviços de Utilidade Pública, com particular destaque para a AdP (sob a forma, nomeadamente, de fianças, garantias e cartas de conforto).

**Quadro 3.4. - Responsabilidades Contingentes por Sector**

Unid: Milhares de euros

Sector	Qt	Montante	Garantias		Contencioso		Leasing Operacional	
			Qt.	Montante	Qt.	Montante	Qt.	Montante
1.1. Comunicação Social	6	7.743	5	4.899	1	2.844	0	0
1.3.2. Infraestruturas Ferroviárias	4	17.894	2	4.766	1	7.767	0	0
1.3.3. Infraestruturas Portuárias	12	2.044	8	1.765	2	0	2	279
1.3.4. Infraestruturas Rodoviárias	5	154.414	2	149.650	1	0	2	4.764
1.3.5. Outras Infraestruturas	20	10.486	1	266	16	7.306	2	473
1.4. Requalificação Urbana e Ambiental	19	18.675	3	1.505	14	17.156	2	14
1.5. Saúde	243	97.083	0	332	212	56.778	16	558
1.6. Serviços de Utilidade Pública	19	1.821.008	5	1.807.756	7	0	0	0
1.7. Transportes	108	894.345	50	155.684	53	173.608	1	313.248
1.8. Parpública	15	168.316	1	1.963	6	52.947	4	135
1.9. Outros Sectores	47	53.670	20	42.854	15	8.385	7	283
<b>Total</b>	<b>498</b>	<b>3.245.678</b>	<b>97</b>	<b>2.171.441</b>	<b>313</b>	<b>318.405</b>	<b>29</b>	<b>319.472</b>

Fonte: Empresas

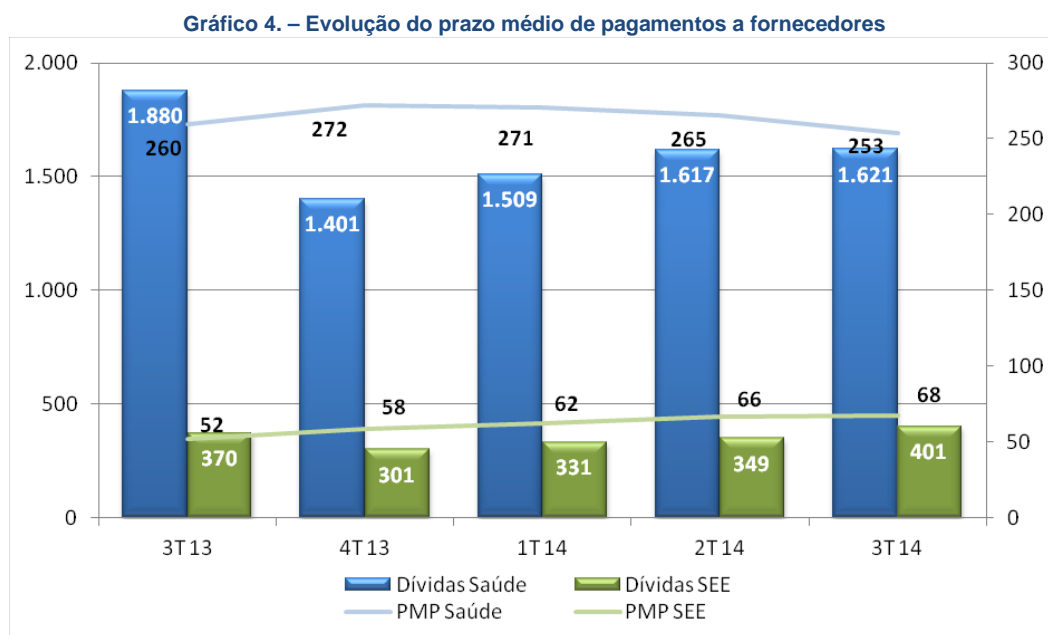
As empresas que apresentam maior montante no que respeita à categoria de contencioso são a TAP<sup>4</sup>, a Parque Expo e o Metropolitano de Lisboa, devendo-se os elevados montantes a contingências tributárias e a processos relacionados com expropriações, resultantes da realização de investimentos em ILD.

O *leasing* operacional encontra-se concentrado no sector dos Transportes, nomeadamente na TAP, em que a aquisição de algumas aeronaves é feita com recurso a este instrumento financeiro.

<sup>4</sup> Face aos valores incorridos pela TAP, foi incluída e considerada no sector dos Transportes, apesar de pertencer à Parpública.

#### 4. Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores

No âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro (Programa Pagar a Tempo e Horas, Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril), é importante analisar o prazo médio de pagamentos a fornecedores (PMP). O gráfico seguinte apresenta a evolução do PMP, conjugado com o valor em dívida para com fornecedores:



Nota: A alienação da posição maioritária detida pelo Estado nos CTT no final de 2013, determinou a sua exclusão desta análise, pelo que os dados para trimestres anteriores poderão não coincidir com boletins anteriores.  
Fonte: ACSS para os dados da Saúde e os restantes são submetidos pelas empresas.

No 3.º trimestre de 2014 o sector da Saúde apresenta uma estabilização do nível das dívidas a fornecedores, em cerca de 1.620,7 M€, enquanto o PMP a fornecedores no sector, mantém a tendência descendente observada durante o ano, alcançando um prazo de 253 dias.

O restante universo do SEE, apresenta um crescimento constante do valor de dívidas a fornecedores ao longo de 2014, atingindo um total de 401,1 M€ no final do 3.º trimestre, sendo justificado maioritariamente pelo valor em dívida da CP à REFER, relativo à taxa de utilização de infraestrutura (TUI). Consequentemente, o PMP do SEE<sup>5</sup> apresenta igualmente um aumento, tendo alcançado no 3.º trimestre de 2014 um total de 68 dias.

Relativamente à CP é de referir que a empresa apresenta um PMP de 345 dias, no entanto, descontando a dívida à REFER, o PMP seria de 66 dias.

<sup>5</sup> Excluindo sector da Saúde.

## 5. Pagamentos em Atraso (Arrears)

Com o objetivo de uniformizar a informação relativa aos pagamentos em atraso por parte das empresas públicas, ao abrigo das negociações entre a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira<sup>6</sup> (PAEF) foi aprovado o Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, o qual determinou<sup>7</sup> que entidades que integram o universo das Administrações Públicas em Contas Nacionais, bem como às demais empresas públicas, devem fornecer à Direção Geral do Tesouro e Finanças, entre outras entidades, a informação relativa ao valor global das dívidas certas, líquidas e exigíveis que permanecem por pagar após 90 dias.

Dessa forma, pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro de 2012, foi aprovada a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), a qual estabeleceu as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas incluídas no sector público administrativo<sup>8</sup>, determinando que a execução orçamental não pode conduzir à acumulação de pagamentos em atraso.

Para o efeito, a LCPA considera<sup>9</sup> “«Pagamentos em atraso» as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes”.

No período em análise, globalmente<sup>10</sup> assistiu-se, comparativamente ao 3.º trimestre de 2013, a um aumento de 46,7 M€ no volume dos pagamentos em atraso (“arrears”), de 106,8 M€ para 153,5 M€. No subgrupo das Empresas Públicas Reclassificadas (EPR) verifica-se uma evolução desfavorável, influenciada essencialmente pela CP, cujo volume dos pagamentos em atraso passou de 84,7 M€ no 3.º trimestre de 2013 para 148,2 M€ no período homólogo de 2014, dos quais cerca de 147,5 M€ correspondem a dívidas à REFER decorrentes da taxa de utilização da infraestrutura ferroviária. Em contrapartida, verifica-se uma redução ao nível dos pagamentos em atraso no Metro do Porto, os quais passaram de 15,8 M€ para 0,1 M€, variação esta decorrente do acordo assinado com a Normetro, ACE<sup>11</sup>.

<sup>6</sup> Celebrado com a União Europeia, o FMI e o Banco Central Europeu.

<sup>7</sup> Conforme decorre do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio.

<sup>8</sup> Abarca as entidades inseridas no perímetro de consolidação das Administrações Públicas no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, ou seja, as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), conforme decorre do n.º 5 do artigo 2.º da Lei do Enquadramento Orçamental, Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 37/2013, de 14 de junho.

<sup>9</sup> Alínea e) do Artigo 3.º da LCPA.

<sup>10</sup> Pela sua especificidade e dimensão, o Sector da Saúde é analisado autonomamente.

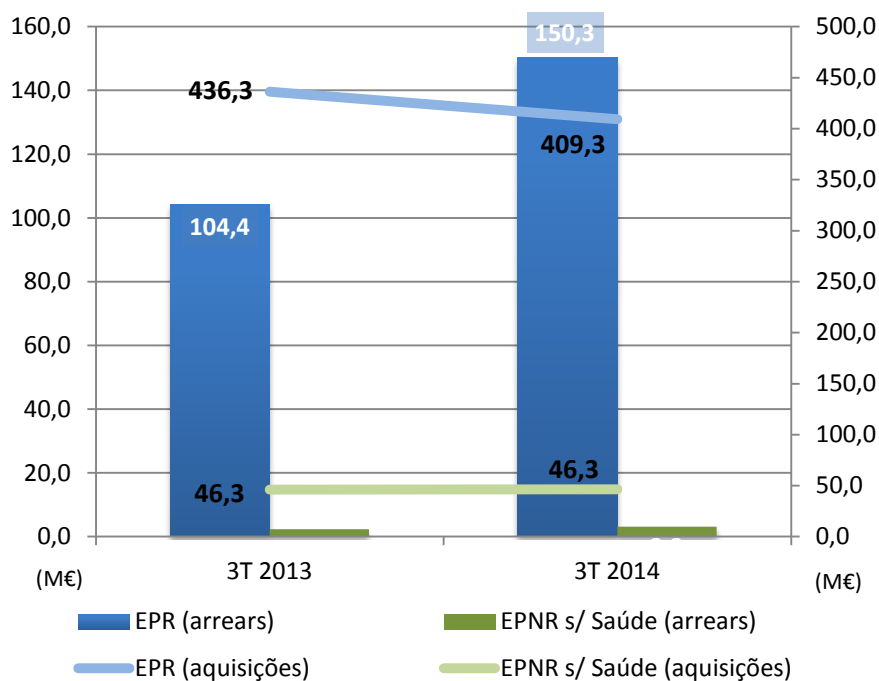
<sup>11</sup> Foi definido o dia 28 de fevereiro de 2015 como data para pagamento da fatura relativa ao denominado «Acordo Global de Contas para Fecho do Contrato», no valor de 15 M€, razão pela qual esta deixou de ser registada como pagamento em atraso.

As EPR estão sujeitas ao cumprimento da LCPA, a qual definiu as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas. De mencionar, ainda, que o controlo da despesa pública é um elemento crítico para garantir o cumprimento das metas orçamentais, sendo a não acumulação<sup>12</sup> de dívidas vencidas um critério quantitativo permanente de avaliação do PAEF<sup>13</sup>.

No período em análise, nas EPNR observou-se um aumento de cerca de 0,8 M€, destacando-se o contributo dos STCP e da APL, cujo volume dos pagamentos em atraso passou de 0,5 M€ para 1,4 M€ e de 0,1 M€ para 1,0 M€, respetivamente.

Constata-se, assim que, entre as Empresas Públicas Não Financeiras (excluindo o Sector da Saúde), o peso dos pagamentos em atraso, quando comparado com o montante das aquisições, cresceu de 22,1% para 33,7%, tendo subjacente um aumento dos pagamentos em atraso.

Gráfico 5.1. – Pagamentos em atraso (“arrears”) – EPE e EPNR s/ Sector da Saúde

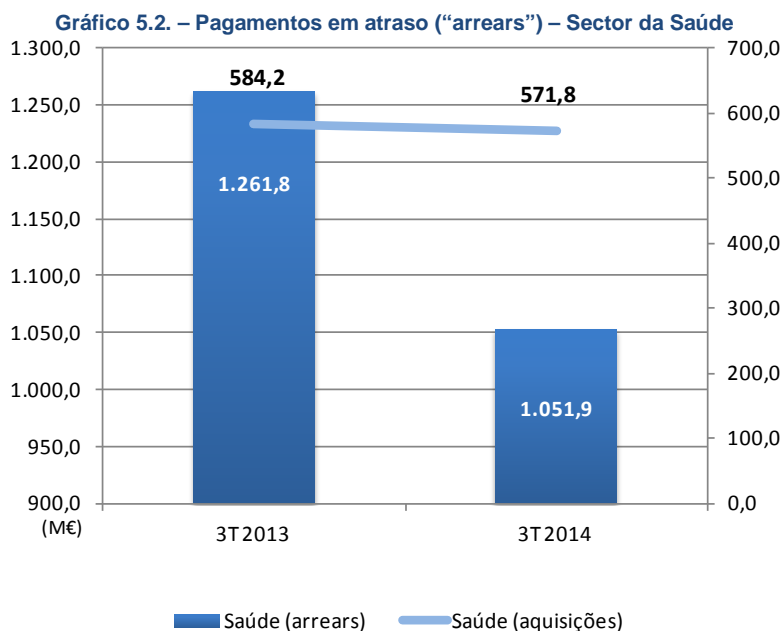


<sup>12</sup> Note-se que neste capítulo apenas se irá comparar o trimestre em análise com o período homólogo do ano anterior.

<sup>13</sup> A Lei do Orçamento do Estado para 2014, aprovada pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, no n.º 1 do artigo 256.º estabelece que “mantêm-se até 31 de dezembro de 2014 todas as medidas e os efeitos, de natureza temporária, previstos em lei ou regulamentação que se encontrem diretamente dependentes da vigência do PAEF”.



No Sector da Saúde verificou-se, à semelhança do observado em trimestres anteriores, uma diminuição do volume dos pagamentos em atraso em 210,0 M€, tendo passado de 1.261,8 M€ para 1.051,9 M€, o que reflete ainda, essencialmente, o efeito do Programa Extraordinário de Regularização de Dívidas do Serviço Nacional de Saúde<sup>14</sup> (PERD 2013), que permitiu regularizar valores em dívida e negociar prazos de pagamento mais favoráveis com os maiores fornecedores dos hospitais. Para esta evolução contribuiu, igualmente, o prosseguimento de políticas de contenção de gastos.



<sup>14</sup> Aplicou-se, em regra, durante o último trimestre de 2013.

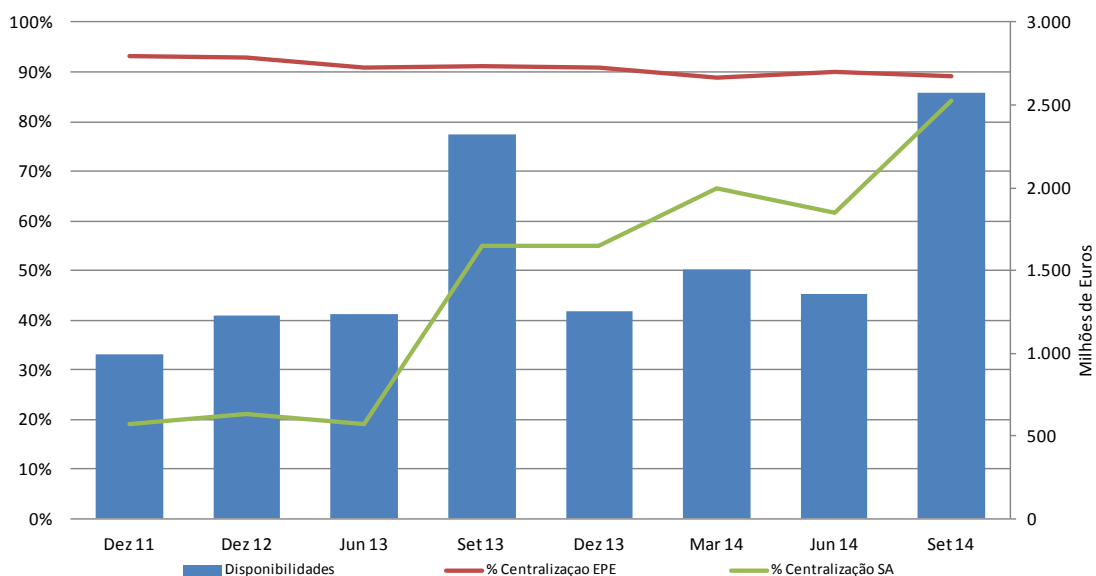
## 6. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

O Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013 previu pela primeira vez a obrigatoriedade de todas as EPNF, Sociedades Anónimas (SA) ou Entidades Públicas Empresariais (EPE), manterem as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP. Esta orientação foi concretizada, em final de 2010, mantendo-se em vigor desde então através de normas orçamentais. Salienta-se o facto de as EPE estarem obrigadas ao cumprimento do Princípio da Unidade da Tesouraria do Estado (UTE) desde 2005.

Com a entrada em vigor do novo Regime Jurídico do Sector Público Empresarial as empresas passaram a estar obrigadas ao cumprimento do Princípio da UTE e à divulgação de informação adicional junto desta Direção-Geral.

No âmbito do desenvolvimento do acompanhamento das empresas com vista à avaliação do cumprimento do Princípio da UTE, passou a ser recolhida informação através da plataforma SIRIEF, de forma sistemática. A presente secção divulga a informação recolhida relativamente às empresas abrangidas no universo de reporte deste boletim.

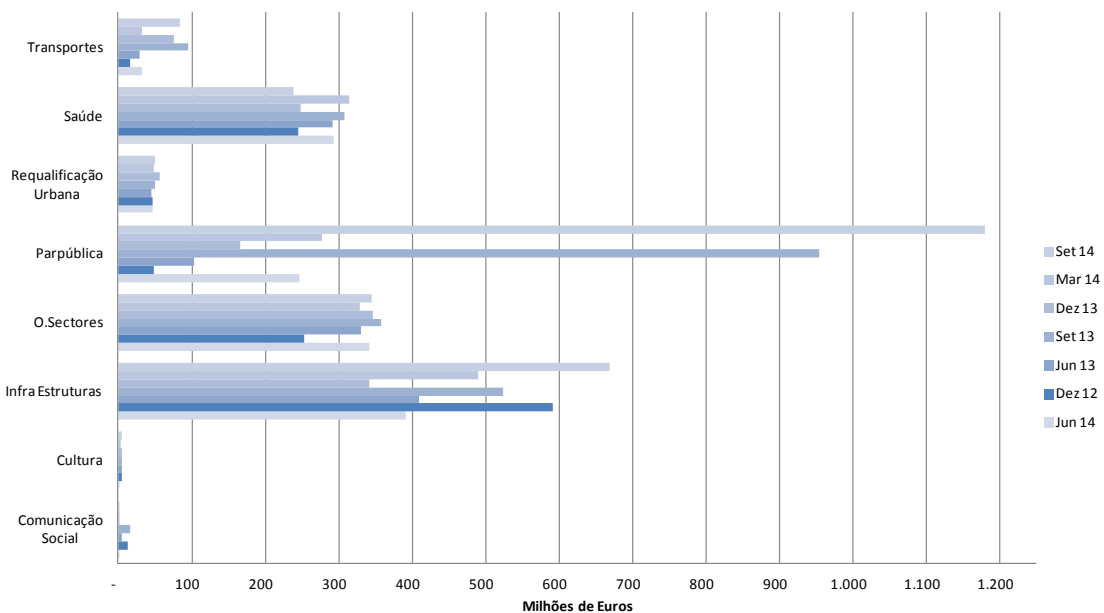
**Tabela 6.1. - Centralização das disponibilidades por tipo de empresa**



Fonte: SIRIEF

No 3.º trimestre de 2014, as SA apresentaram uma taxa de centralização que ronda os 84,2%, representando um acréscimo de 22,5% face ao final do segundo trimestre, sendo explicado por uma aumento da taxa de centralização de fundos da Parpública, igualmente acompanhada em termos absolutos por um aumento das disponibilidades depositadas no IGCP. Note-se que no 3.º trimestre, as Empresas Parpública representavam 45,8% do total dos fundos depositados pelas empresas do SEE no IGCP, contra os 18,1% no anterior trimestre.

**Tabela 6.2. - Fundos centralizados no IGCP por sector de atividade**

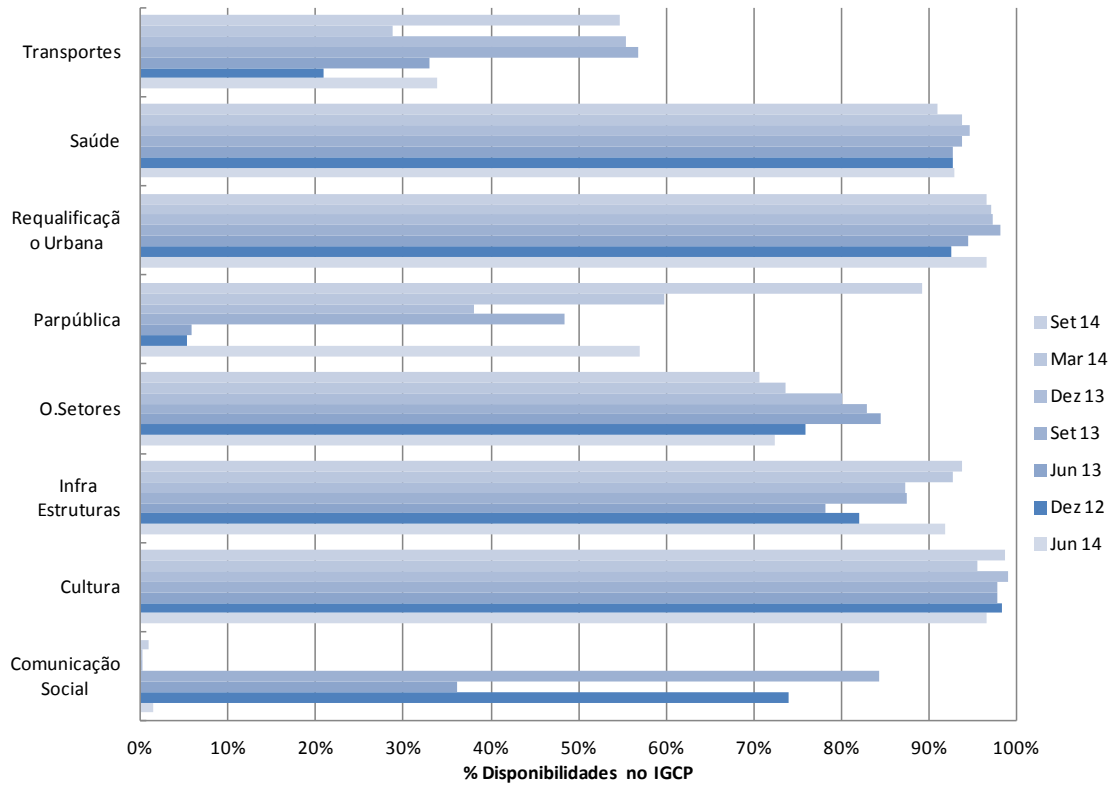


Fonte: SIRIEF

No entanto, numa análise dos fundos centralizados no IGCP, por sector de atividade, excluindo o efeito da variação das disponibilidades da Parpública, verifica-se que as Infraestruturas assumem particular relevância, onde a Parque Escolar assume um peso significativo.

Os sectores mais expressivos em termos de percentagem de centralização de fundos no IGCP continuam a ser os da Cultura, Saúde, e Requalificação Urbana e Ambiental.

**Tabela 6.3. - Centralização de disponibilidades por sector de atividade**



Fonte: SIRIEF

De notar que o sector dos Transportes apresenta reduzidas disponibilidades correspondentes a baixos níveis de liquidez existentes no sector.

# ANEXOS

## A – UNIVERSO SEE ANALISADO

### Comunicação Social

Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA  
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA<sup>1</sup>

### Cultura

OPART - Organismo de Produção Artística, EPE<sup>1</sup>  
Teatro Nacional D. Maria II, EPE  
Teatro Nacional S. João, EPE<sup>1</sup>

### Gestão de Infraestruturas

#### Infraestruturas Aéreas

Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal EPE

#### Infraestruturas Ferroviária

REFER - Rede Ferroviária Nacional, EPE<sup>1</sup>

#### Infraestruturas Portuárias

APA - Administração do Porto de Aveiro, SA  
APDL - Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA  
APL - Administração do Porto de Lisboa, SA  
APS - Administração do Porto de Sines, SA  
APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA

#### Infraestruturas Rodoviárias

EP - Estradas de Portugal, SA<sup>1</sup>

#### Outras Infraestruturas

Docapesca - Portos e Lotas, SA  
EDIA - Empresa Desenv.Infraest Alqueva, SA<sup>1</sup>  
Parque Escolar, EPE<sup>1</sup>

### Requalificação Urbana

Polis Litoral Norte, SA<sup>1</sup>  
Polis Litoral Ria Aveiro, SA<sup>1</sup>  
Polis Litoral Ria Formosa, SA<sup>1</sup>  
Polis Litoral Sudoeste, SA<sup>1</sup>  
VianaPolis-Soc.Des.Progra. Polis Viana do Castelo, SA<sup>1</sup>

### Transportes

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA  
CP - Caminhos de Ferro Portugueses, EPE<sup>1</sup>  
Metro do Mondego, SA<sup>1</sup>  
Metro do Porto, SA<sup>1</sup>  
Metropolitano de Lisboa, EPE<sup>1</sup>  
STCP - Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA  
Transtejo - Transportes do Tejo, SA<sup>1</sup>

### Outros Sectores

AICEP - Agência para Investimento Comércio Externo de Portugal, EPE<sup>1</sup>  
EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SGPS, SA  
Empordef - Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, SA<sup>1</sup>  
ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, EPE<sup>1</sup>  
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE<sup>1</sup>

### Saúde

Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE<sup>1</sup>  
Centro Hospitalar Cova da Beira, EPE<sup>1</sup>  
Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, EPE<sup>1</sup>  
Centro Hospitalar de Leiria, EPE<sup>1</sup>  
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE<sup>1</sup>  
Centro Hospitalar de Lisboa Norte, EPE<sup>1</sup>  
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE<sup>1</sup>  
Centro Hospitalar de São João, EPE<sup>1</sup>  
Centro Hospitalar de Setúbal, EPE<sup>1</sup>  
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE<sup>1</sup>  
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE<sup>1</sup>  
Centro Hospitalar do Alto Ave, EPE<sup>1</sup>  
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, EPE<sup>1</sup>  
Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE<sup>1</sup>  
Centro Hospitalar do Médio Tejo, EPE<sup>1</sup>  
Centro Hospitalar do Porto, EPE<sup>1</sup>  
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, EPE<sup>1</sup>  
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE<sup>1</sup>  
Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, EPE<sup>1</sup>  
Hospital de Magalhães Lemos, EPE<sup>1</sup>  
Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE<sup>1</sup>  
Hospital Distrital de Santarém, EPE<sup>1</sup>  
Hospital do Espírito Santo de Évora, EPE<sup>1</sup>  
Hospital Garcia da Orta, EPE<sup>1</sup>  
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE<sup>1</sup>  
Hospital Santa Maria Maior, EPE<sup>1</sup>  
IPO - Coimbra, EPE<sup>1</sup>  
IPO - Lisboa, EPE<sup>1</sup>  
IPO - Porto, EPE<sup>1</sup>  
Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE<sup>1</sup>  
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE<sup>1</sup>  
Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE<sup>1</sup>  
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE<sup>1</sup>  
Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE<sup>1</sup>  
Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE<sup>1</sup>

### Parpública

Parpública - Participações Públicas, SGPS, SA<sup>1</sup>  
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA  
Baía do Tejo, SA  
CE - Circuito Estoril, SA  
Companhia das Lezírias, SA  
Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA  
Lazer&Floresta - Empresa de Desenvolvimento Agro-Florestal, Imobiliário e Cineg  
Sagestamo - Sociedade Gestora de participações Sociais Imob., SGPS, SA<sup>1</sup>  
SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, SA  
SPE - Sociedade Portuguesa de Empreendimento, SA<sup>1</sup>  
TAP, SA

(1) Entidades públicas reclassificadas (EPR).

## B – ANÁLISE DOS RESULTADOS

### Quadro B.1 - Rendimentos Operacionais

Unid: Milhares de euros

	Volume de Negócios				Subsídios à Exploração				Var. nos Inventários de Produção e Trabalhos para a Própria Entidade			
	3.º Trim 2014	3.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%	3.º Trim 2014	3.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%	3.º Trim 2014	3.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%
<b>Comunicação Social</b>												
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA	10.929	10.706	223	2,1%	-	-	-	-	-	-	-	-
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA	161.562	142.152	19.410	13,7%	79	31.754	- 31.675	- 99,8%	-	-	-	-
<i>subtotal</i>	<i>172.492</i>	<i>152.858</i>	<i>19.633</i>	<i>12,8%</i>	<i>79</i>	<i>31.754</i>	<i>- 31.675</i>	<i>- 99,8%</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<b>Cultura</b>												
<i>subtotal</i>	<i>3.530</i>	<i>3.483</i>	<i>46</i>	<i>1,3%</i>	<i>15.447</i>	<i>14.580</i>	<i>867</i>	<i>5,9%</i>	<i>273</i>	<i>240</i>	<i>33</i>	<i>13,6%</i>
<b>Infraestruturas</b>												
Administração Portuária	105.812	107.592	- 1.780	- 1,7%	98	142	- 45	- 31,4%	56	58	- 3	- 4,6%
EP - Estradas de Portugal, SA	698.181	874.419	- 176.238	- 20,2%	-	-	-	-	-	-	-	-
Parque Escolar, EPE	47.609	39.136	8.473	21,7%	-	-	-	-	1.185	1.984	- 799	- 40,3%
REFER - Rede Ferroviária Nacional, EPE	71.884	75.079	- 3.196	- 4,3%	30.370	32.775	- 2.405	- 7,3%	-	-	-	-
Outros	154.554	157.762	- 3.208	- 2,0%	243	562	- 319	- 56,8%	53.766	14.879	38.887	261,4%
<i>subtotal</i>	<i>1.078.041</i>	<i>1.253.989</i>	<i>- 175.948</i>	<i>- 14,0%</i>	<i>30.711</i>	<i>33.480</i>	<i>- 2.769</i>	<i>- 8,3%</i>	<i>55.007</i>	<i>16.921</i>	<i>38.086</i>	<i>225,1%</i>
<b>Requalificação Urbana</b>												
<i>subtotal</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>110,2%</i>	<i>1.117</i>	<i>1.488</i>	<i>- 371</i>	<i>- 24,9%</i>
<b>Saúde</b>												
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	259.540	259.235	305	0,1%	32	-	32	-	-	-	-	-
Centro Hospitalar de São João, EPE	219.487	217.215	2.271	1,0%	-	-	-	-	-	-	-	-
Centro Hospitalar do Porto, EPE	182.174	155.373	26.801	17,2%	18	55	- 38	- 68,2%	-	-	-	-
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	293.197	269.410	23.787	8,8%	382	270	112	41,4%	-	-	-	-
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	272.284	217.059	55.225	25,4%	795	1.013	- 219	- 21,6%	1.015	-	1.015	-
Outros	1.754.239	1.684.022	70.217	4,2%	3.279	895	2.385	266,5%	35	-	35	-
<i>subtotal</i>	<i>2.980.919</i>	<i>2.802.313</i>	<i>178.606</i>	<i>6,4%</i>	<i>4.506</i>	<i>2.234</i>	<i>2.272</i>	<i>101,7%</i>	<i>1.049</i>	<i>-</i>	<i>1.049</i>	<i>-</i>
<b>Transportes</b>												
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	67.186	66.132	1.054	1,6%	4.655	15.604	- 10.949	- 70,2%	79	101	- 22	- 21,6%
CP - Comboios de Portugal, EPE	180.702	172.551	8.151	4,7%	13.414	25.514	- 12.100	- 47,4%	-	-	-	-
Metro do Porto, SA	37.790	37.332	458	1,2%	6.037	8.652	- 2.615	- 30,2%	-	-	-	-
Metropolitano de Lisboa, EPE	66.777	62.787	3.990	6,4%	23.855	33.870	- 10.016	- 29,6%	28	52	- 25	- 47,2%
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA	32.813	34.993	- 2.180	- 6,2%	3.646	7.658	- 4.012	- 52,4%	-	0	- 0	- 100,0%
Outros	11.148	11.231	- 84	- 0,7%	5.885	5.741	144	2,5%	422	469	- 47	- 10,1%
<i>subtotal</i>	<i>396.416</i>	<i>385.026</i>	<i>11.390</i>	<i>3,0%</i>	<i>57.491</i>	<i>97.039</i>	<i>- 39.548</i>	<i>- 40,8%</i>	<i>528</i>	<i>622</i>	<i>- 94</i>	<i>- 15,1%</i>
<b>Outros</b>												
ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E	68.637	28.375	40.262	141,9%	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	30.172	39.439	- 9.266	- 23,5%	97	-	97	-	626	634	- 8	- 1,2%
<i>subtotal</i>	<i>98.809</i>	<i>67.814</i>	<i>30.996</i>	<i>45,7%</i>	<i>97</i>	<i>-</i>	<i>97</i>	<i>-</i>	<i>626</i>	<i>634</i>	<i>- 8</i>	<i>- 1,2%</i>
<b>Empresas Parpública</b>												
Parpública - Participações Públicas, SGPS, SA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	8.436	8.430	5	0,1%	-	-	-	-	-	-	-	-
Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	64.233	58.341	5.892	10,1%	-	-	-	-	2.166	- 1.307	3.473	265,8%
TAP, SA	1.828.238	1,825.801	2.437	0,1%	2.087	2.755	- 669	- 24,3%	20.438	3.115	17.323	556,2%
Outros	10.572	12.762	- 2.190	- 17,2%	1.478	1.397	81	5,8%	1.325	90	1.235	1373,5%
<i>subtotal</i>	<i>1.911.478</i>	<i>1.905.334</i>	<i>6.144</i>	<i>0,3%</i>	<i>3.565</i>	<i>4.152</i>	<i>- 588</i>	<i>- 14,2%</i>	<i>23.929</i>	<i>1.898</i>	<i>22.031</i>	<i>1160,8%</i>
<b>Total SEE</b>	<b>6.641.685</b>	<b>6.570.818</b>	<b>70.868</b>	<b>1,1%</b>	<b>111.896</b>	<b>183.240</b>	<b>- 71.344</b>	<b>- 38,9%</b>	<b>82.528</b>	<b>21.802</b>	<b>60.726</b>	<b>278,5%</b>

Fonte: SIRIEF

Quadro B.2 - Gastos Operacionais

Unid: Milhares de euros

	Gastos com Pessoal				Fornecimentos e Serviços Externos				CMVMC			
	3.º Trim 2014	3.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%	3.º Trim 2014	3.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%	3.º Trim 2014	3.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%
<b>Comunicação Social</b>												
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA	7.755	8.281	- 526	- 6,4%	2.821	2.860	- 39	- 1,4%	-	-	-	-
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA	57.430	62.429	- 4.999	- 8,0%	28.403	26.093	2.310	8,9%	65.052	48.499	16.553	34,1%
<i>subtotal</i>	65.185	70.711	- 5.526	- 7,8%	31.224	28.953	2.271	7,8%	65.052	48.499	16.553	34,1%
<b>Cultura</b>												
<i>subtotal</i>	13.578	13.515	64	0,5%	4.798	4.755	43	0,9%	12	20	- 8	- 38,4%
<b>Infraestruturas</b>												
Administração Portuária	35.886	37.386	- 1.500	- 4,0%	17.769	17.532	237	1,4%	2.309	2.142	167	7,8%
EP - Estradas de Portugal, SA	25.382	26.749	- 1.367	- 5,1%	118.002	121.443	- 3.442	- 2,8%	186.607	346.875	- 160.268	- 46,2%
Parque Escolar, EPE	5.812	7.146	- 1.334	- 18,7%	4.220	3.943	277	7,0%	-	-	-	-
REFER - Rede Ferroviária Nacional, EPE	57.962	67.741	- 9.778	- 14,4%	66.486	63.841	2.645	4,1%	2.398	5.480	- 3.081	- 56,2%
Outros	101.400	112.883	- 11.484	- 10,2%	71.050	31.294	39.756	127,0%	1.490	1.840	- 350	- 19,0%
<i>subtotal</i>	226.442	251.904	- 25.462	- 10,1%	277.526	238.053	39.473	16,6%	192.804	356.337	- 163.532	- 45,9%
<b>Requalificação Urbana</b>												
<i>subtotal</i>	145	111	34	30,4%	1.656	2.376	- 720	- 30,3%	-	-	-	-
<b>Saúde</b>												
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	150.854	156.137	- 5.283	- 3,4%	37.393	38.981	- 1.588	- 4,1%	106.542	111.592	- 5.051	- 4,5%
Centro Hospitalar de São João, EPE	116.971	117.431	- 460	- 0,4%	28.389	26.153	2.236	8,5%	95.025	93.678	1.347	1,4%
Centro Hospitalar do Porto, EPE	89.614	89.714	- 100	- 0,1%	17.891	16.568	1.323	8,0%	86.644	83.431	3.212	3,9%
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	166.965	172.137	- 5.172	- 3,0%	34.453	34.107	346	1,0%	104.850	106.799	- 1.950	- 1,8%
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	128.265	136.381	- 8.117	- 6,0%	39.797	43.242	- 3.444	- 8,0%	122.910	133.814	- 10.904	- 8,1%
Outros	1.035.155	1.048.420	- 13.265	- 1,3%	361.966	340.139	21.826	6,4%	500.277	502.928	- 2.651	- 0,5%
<i>subtotal</i>	1.687.823	1.720.220	- 32.397	- 1,9%	519.889	499.189	20.700	4,1%	1.016.248	1.032.244	- 15.996	- 1,5%
<b>Transportes</b>												
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	41.866	48.901	- 7.035	- 14,4%	15.090	14.394	696	4,8%	13.557	14.170	- 613	- 4,3%
CP - Comboios de Portugal, EPE	66.232	75.498	- 9.265	- 12,3%	124.586	124.215	371	0,3%	5.990	6.479	- 488	- 7,5%
Metro do Porto, SA	3.674	3.657	17	0,5%	43.554	41.630	1.924	4,6%	-	-	-	-
Metropolitano de Lisboa, EPE	50.530	53.572	- 3.041	- 5,7%	22.111	22.528	- 417	- 1,8%	2.047	1.352	695	51,4%
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA	21.598	24.494	- 2.896	- 11,8%	16.475	18.824	- 2.349	- 12,5%	822	954	- 132	- 13,8%
Outros	8.999	9.930	- 931	- 9,4%	6.890	6.521	369	5,7%	6.071	6.651	- 580	- 8,7%
<i>subtotal</i>	192.900	216.051	- 23.151	- 10,7%	228.706	228.112	594	0,3%	28.488	29.606	- 1.118	- 3,8%
<b>Outros</b>												
ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E	205	248	- 43	- 17,4%	17.780	16.019	1.762	11,0%	21.915	-	21.915	-
Outros	22.983	23.913	- 930	- 3,9%	23.247	27.805	- 4.558	- 16,4%	-	-	-	-
<i>subtotal</i>	23.188	24.161	- 973	- 4,0%	41.027	43.824	- 2.796	- 6,4%	21.915	-	21.915	-
<b>Empresas Parpública</b>												
Parpública - Participações Públicas, SGPS, SA	1.417	1.410	7	0,5%	1.546	1.710	- 164	- 9,6%	-	-	-	-
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	3.245	3.302	- 57	- 1,7%	3.611	3.262	349	10,7%	-	-	-	-
Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	14.938	15.859	- 921	- 5,8%	9.189	9.060	129	1,4%	16.070	12.971	3.098	23,9%
TAP, SA	345.303	346.730	- 1.427	- 0,4%	1.365.412	1.316.389	49.023	3,7%	80.158	65.699	14.459	22,0%
Outros	6.057	6.137	- 81	- 1,3%	7.318	7.574	- 256	- 3,4%	2.115	2.192	- 76	- 3,5%
<i>subtotal</i>	370.960	373.439	- 2.479	- 0,7%	1.387.075	1.337.994	49.081	3,7%	98.343	80.862	17.481	21,6%
<b>Total SEE</b>	<b>2.580.221</b>	<b>2.670.111</b>	<b>- 89.890</b>	<b>- 3,4%</b>	<b>2.491.900</b>	<b>2.383.255</b>	<b>108.645</b>	<b>4,6%</b>	<b>1.422.863</b>	<b>1.547.567</b>	<b>- 124.704</b>	<b>- 8,1%</b>

Fonte: SIRIEF



**Quadro B.3 - Evolução do EBITDA e Margem de EBITDA**

Unid: Milhares de euros

**Margem EBITDA**

	3.º Trim 2014	3.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%	3.º Trim 2014	3.º Trim 2013	Dif. 14-13 (p.p.)
<b>Comunicação Social</b>							
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA	339	- 388	727	187,1%	3,1%	- 3,6%	6,7
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA	11.128	25.686	- 14.557	- 56,7%	6,9%	18,1%	- 11,2
<i>subtotal</i>	11.467	25.297	- 13.830	- 54,7%	6,6%	16,5%	- 9,9
<b>Cultura</b>							
<i>subtotal</i>	612	- 193	804	417,5%	17,3%	- 5,5%	22,9
<b>Infraestruturas</b>							
Administração Portuária	79.951	81.667	- 1.716	- 2,1%	75,6%	75,9%	- 0,3
EP - Estradas de Portugal, SA	396.466	411.804	- 15.338	- 3,7%	56,8%	47,1%	9,7
Parque Escolar, EPE	49.190	59.830	- 10.640	- 17,8%	103,3%	152,9%	- 49,6
REFER - Rede Ferroviária Nacional, EPE	- 12.429	- 36.244	23.815	65,7%	- 17,3%	- 48,3%	31,0
Outros	32.113	24.378	7.735	31,7%	20,8%	15,5%	5,3
<i>subtotal</i>	545.291	541.434	3.857	0,7%	50,6%	43,2%	7,4
<b>Requalificação Urbana</b>							
<i>subtotal</i>	- 41	- 51	10	20,5%	-	-	-
<b>Saúde</b>							
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	- 22.539	- 29.627	7.088	23,9%	- 8,7%	- 11,4%	2,7
Centro Hospitalar de São João, EPE	- 573	- 1.563	990	63,4%	- 0,3%	- 0,7%	0,5
Centro Hospitalar do Porto, EPE	- 6.656	- 18.949	12.293	64,9%	- 3,7%	- 12,2%	8,5
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	- 4.859	- 27.497	22.638	82,3%	- 1,7%	- 10,2%	8,5
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	- 3.767	- 81.193	77.426	95,4%	- 1,4%	- 37,4%	36,0
Outros	- 62.595	- 110.427	47.831	43,3%	- 3,6%	- 6,6%	3,0
<i>subtotal</i>	- 100.989	- 269.256	168.267	62,5%	- 3,4%	- 9,6%	6,2
<b>Transportes</b>							
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	2.710	5.769	- 3.059	- 53,0%	4,0%	8,7%	- 4,7
CP - Comboios de Portugal, EPE	10.680	47.653	- 36.972	- 77,6%	5,9%	27,6%	- 21,7
Metro do Porto, SA	- 122.091	- 4.374	- 117.716	- 2691,1%	- 323,1%	- 11,7%	- 311,4
Metropolitano de Lisboa, EPE	- 3.947	18.305	- 22.252	- 121,6%	- 5,9%	29,2%	- 35,1
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA	- 2.583	- 415	- 2.168	- 522,8%	- 7,9%	- 1,2%	- 6,7
Outros	- 3.530	- 5.192	1.662	32,0%	- 31,7%	- 46,2%	14,6
<i>subtotal</i>	- 118.760	61.745	- 180.506	- 292,3%	- 30,0%	16,0%	- 46,0
<b>Outros</b>							
ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E	26.054	11.310	14.744	130,4%	38,0%	39,9%	- 1,9
Outros	- 10.031	- 6.188	- 3.843	- 62,1%	- 33,2%	- 15,7%	- 17,6
<i>subtotal</i>	16.023	5.122	10.901	212,8%	16,2%	7,6%	8,7
<b>Empresas Parpública</b>							
Parpública - Participações Públicas, SGPS, SA	46.162	583.962	- 537.800	- 92,1%	-	-	-
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	2.219	1.784	434	24,3%	26,3%	21,2%	5,1
Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	24.760	22.527	2.233	9,9%	38,5%	38,6%	- 0,1
TAP, SA	62.054	104.571	- 42.517	- 40,7%	3,4%	5,7%	- 2,3
Outros	4.727	2.471	2.256	91,3%	44,7%	19,4%	25,3
<i>subtotal</i>	139.922	715.316	- 575.394	- 80,4%	7,3%	37,5%	- 30,2
<b>Total SEE</b>	<b>493.525</b>	<b>1.079.415</b>	<b>- 585.891</b>	<b>- 54,3%</b>	<b>7,4%</b>	<b>16,4%</b>	<b>- 9,0</b>

Fonte: SIRIEF

#### Quadro B.4 - Resultados Operacionais

Unid: Milhares de euros

	3.º Trim 2014	3.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%
<b>Comunicação Social</b>				
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA	1	- 702	703	100,2%
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA	4.334	20.743	- 16.410	- 79,1%
<i>subtotal</i>	4.335	20.041	- 15.706	- 78,4%
<b>Cultura</b>				
<i>subtotal</i>	190	- 644	835	129,6%
<b>Infraestruturas</b>				
Administração Portuária	37.229	37.003	226	0,6%
EP - Estradas de Portugal, SA	259.529	260.624	- 1.095	- 0,4%
Parque Escolar, EPE	3.947	16.676	- 12.729	- 76,3%
REFER - Rede Ferroviária Nacional, EPE	- 14.650	- 38.238	23.589	61,7%
Outros	32.650	332	32.318	9732,8%
<i>subtotal</i>	318.705	276.397	42.308	15,3%
<b>Requalificação Urbana</b>				
<i>subtotal</i>	- 63	- 80	17	21,4%
<b>Saúde</b>				
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	- 30.708	- 39.605	8.897	22,5%
Centro Hospitalar de São João, EPE	- 7.145	- 9.049	1.904	21,0%
Centro Hospitalar do Porto, EPE	- 10.550	- 23.152	12.602	54,4%
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	- 11.318	- 34.786	23.468	67,5%
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	- 12.509	- 90.582	78.073	86,2%
Outros	- 130.424	- 178.203	47.779	26,8%
<i>subtotal</i>	- 202.654	- 375.378	172.723	46,0%
<b>Transportes</b>				
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	- 9.028	- 8.215	- 814	- 9,9%
CP - Comboios de Portugal, EPE	- 38.048	- 4.675	- 33.373	- 713,9%
Metro do Porto, SA	- 166.370	- 48.663	- 117.707	- 241,9%
Metropolitano de Lisboa, EPE	- 23.805	- 2.025	- 21.780	- 1075,5%
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA	- 6.882	- 4.760	- 2.122	- 44,6%
Outros	- 5.632	- 7.783	2.152	27,6%
<i>subtotal</i>	- 249.764	- 76.121	- 173.644	- 228,1%
<b>Outros</b>				
ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E	26.035	11.308	14.727	130,2%
Outros	- 10.296	- 6.448	- 3.848	- 59,7%
<i>subtotal</i>	15.739	4.860	10.879	223,8%
<b>Empresas Parpública</b>				
Parpública - Participações Públicas, SGPS, SA	46.146	583.929	- 537.783	- 92,1%
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	2.218	1.784	434	24,3%
Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	21.188	18.814	2.374	12,6%
TAP, SA	- 11.606	28.328	- 39.933	- 141,0%
Outros	3.065	414	2.651	639,9%
<i>subtotal</i>	61.011	633.268	- 572.257	- 90,4%
<b>Total SEE</b>	<b>- 52.501</b>	<b>482.345</b>	<b>- 534.845</b>	<b>- 110,9%</b>

Fonte: SIRIEF

## Quadro B.5 - Resultados Financeiros

Unid: Milhares de euros

	3.º Trim 2014	3.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%
<b>Comunicação Social</b>				
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA	- 30	- 17	- 13	- 75,6%
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA	- 3.152	- 2.987	- 165	- 5,5%
<i>subtotal</i>	- 3.182	- 3.004	- 178	- 5,9%
<b>Cultura</b>				
<i>subtotal</i>	- 22	- 8	- 14	- 178,7%
<b>Infraestruturas</b>				
Administração Portuária	- 3.338	- 4.113	775	18,9%
EP - Estradas de Portugal, SA	- 250.778	- 239.284	- 11.494	- 4,8%
Parque Escolar, EPE	- 21.909	- 21.833	- 76	- 0,3%
REFER - Rede Ferroviária Nacional, EPE	- 57.794	- 37.971	- 19.823	- 52,2%
Outros	- 5.039	- 4.922	- 117	- 2,4%
<i>subtotal</i>	- 338.857	- 308.123	- 30.735	- 10,0%
<b>Requalificação Urbana</b>				
<i>subtotal</i>	63	80	- 17	- 21,4%
<b>Saúde</b>				
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	5.190	- 1.296	6.486	500,4%
Centro Hospitalar de São João, EPE	3	-	3	-
Centro Hospitalar do Porto, EPE	595	4	591	14928,1%
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	-	- 161	161	100,0%
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	-	-	-	-
Outros	- 63	- 2.464	2.401	97,4%
<i>subtotal</i>	5.726	- 3.917	9.643	246,2%
<b>Transportes</b>				
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	- 28.257	- 34.958	6.701	19,2%
CP - Comboios de Portugal, EPE	- 122.538	- 161.844	39.307	24,3%
Metro do Porto, SA	- 86.552	- 1.641	- 84.911	- 5174,2%
Metropolitano de Lisboa, EPE	- 12.483	- 35.729	23.246	65,1%
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA	- 38.295	- 4.254	- 34.041	- 800,1%
Outros	- 3.154	- 6.080	2.926	48,1%
<i>subtotal</i>	- 291.279	- 244.507	- 46.772	- 19,1%
<b>Outros</b>				
ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E	- 1.272	- 124.732	123.459	99,0%
Outros	- 824	805	- 1.629	- 202,3%
<i>subtotal</i>	- 2.096	- 123.927	121.831	98,3%
<b>Empresas Parpública</b>				
Parpública - Participações Públicas, SGPS, SA	- 172.574	- 183.169	10.595	5,8%
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	53.128	71.394	- 18.266	- 25,6%
Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	- 6	- 177	171	96,7%
TAP, SA	- 15.149	- 19.046	3.897	20,5%
Outros	- 64	1.132	- 1.195	- 105,6%
<i>subtotal</i>	- 134.665	- 129.867	- 4.798	- 3,7%
<b>Total SEE</b>	<b>- 764.313</b>	<b>- 813.273</b>	<b>48.959</b>	<b>6,0%</b>

Fonte: SIRIEF

## Quadro B.6 - Resultados Líquidos

Unid: Milhares de euros

	3.º Trim 2014	3.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%
<b>Comunicação Social</b>				
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA	- 60	- 625	565	90,3%
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA	1.181	17.756	- 16.575	- 93,3%
<i>subtotal</i>	1.121	17.131	- 16.010	- 93,5%
<b>Cultura</b>				
<i>subtotal</i>	168	- 652	821	125,8%
<b>Infraestruturas</b>				
Administração Portuária	24.493	23.705	788	3,3%
EP - Estradas de Portugal, SA	6.841	14.658	- 7.816	- 53,3%
Parque Escolar, EPE	- 17.962	- 5.157	- 12.806	- 248,3%
REFER - Rede Ferroviária Nacional, EPE	- 65.907	- 52.828	- 13.079	- 24,8%
Outros	24.836	- 4.729	29.565	625,2%
<i>subtotal</i>	- 27.699	- 24.351	- 3.348	- 13,7%
<b>Requalificação Urbana</b>				
<i>subtotal</i>	0	- 0	0	291,3%
<b>Saúde</b>				
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	- 25.518	- 40.901	15.383	37,6%
Centro Hospitalar de São João, EPE	- 7.157	- 9.049	1.892	20,9%
Centro Hospitalar do Porto, EPE	- 9.955	- 23.148	13.194	57,0%
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	- 11.318	- 34.947	23.629	67,6%
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	- 12.509	- 90.582	78.073	86,2%
Outros	- 132.749	- 181.907	49.159	27,0%
<i>subtotal</i>	- 199.206	- 380.535	181.330	47,7%
<b>Transportes</b>				
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	- 37.285	- 43.172	5.887	13,6%
CP - Comboios de Portugal, EPE	- 160.586	- 166.519	5.933	3,6%
Metro do Porto, SA	- 252.922	- 50.304	- 202.618	- 402,8%
Metropolitano de Lisboa, EPE	- 36.288	- 37.754	1.467	3,9%
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA	- 45.191	- 9.054	- 36.136	- 399,1%
Outros	- 8.783	- 13.861	5.077	36,6%
<i>subtotal</i>	- 541.055	- 320.665	- 220.390	- 68,7%
<b>Outros</b>				
ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E	20.667	- 113.423	134.090	118,2%
Outros	- 12.361	- 6.283	- 6.077	- 96,7%
<i>subtotal</i>	8.306	- 119.707	128.013	106,9%
<b>Empresas Parpública</b>				
Parpública - Participações Públicas, SGPS, SA	- 126.428	376.927	- 503.355	- 133,5%
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	51.793	67.887	- 16.094	- 23,7%
Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	15.933	12.516	3.416	27,3%
TAP, SA	- 27.720	8.538	- 36.258	- 424,7%
Outros	2.488	1.026	1.462	142,4%
<i>subtotal</i>	- 83.933	466.895	- 550.829	- 118,0%
<b>Total SEE</b>	<b>- 842.297</b>	<b>- 361.884</b>	<b>- 480.413</b>	<b>- 132,8%</b>

Fonte: SIRIEF

## C – ANÁLISE PATRIMONIAL

Quadro C.1 - Ativo e Passivo

Unid: Milhares de euros

	Ativo				Passivo			
	3.º Trim 2014	4.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%	3.º Trim 2014	4.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%
<b>Comunicação Social</b>								
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA	12.774	13.630	- 856	- 6,3%	6.633	7.429	- 796	- 10,7%
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA	338.663	357.592	- 18.929	- 5,3%	405.358	425.438	- 20.079	- 4,7%
<i>subtotal</i>	<b>351.437</b>	<b>371.223</b>	<b>- 19.785</b>	<b>- 5,3%</b>	<b>411.991</b>	<b>432.866</b>	<b>- 20.875</b>	<b>- 4,8%</b>
<b>Cultura</b>								
<i>subtotal</i>	<b>9.247</b>	<b>8.791</b>	<b>456</b>	<b>5,2%</b>	<b>8.197</b>	<b>7.883</b>	<b>314</b>	<b>4,0%</b>
<b>Infraestruturas</b>								
Administração Portuária	1.796.495	1.810.004	- 13.509	- 0,7%	549.804	572.715	- 22.911	- 4,0%
EP - Estradas de Portugal, SA	20.519.740	19.720.727	799.013	4,1%	18.583.717	18.747.790	- 164.073	- 0,9%
Parque Escolar, EPE	2.363.443	2.395.150	- 31.707	- 1,3%	1.549.493	1.554.570	- 5.077	- 0,3%
REFER - Rede Ferroviária Nacional, EPE	5.552.256	5.385.497	166.760	3,1%	7.004.936	7.364.150	- 359.214	- 4,9%
Outros	1.040.311	929.774	110.536	11,9%	1.407.171	1.320.743	86.428	6,5%
<i>subtotal</i>	<b>31.272.245</b>	<b>30.241.152</b>	<b>1.031.093</b>	<b>3,4%</b>	<b>29.095.121</b>	<b>29.559.969</b>	<b>- 464.848</b>	<b>- 1,6%</b>
<b>Requalificação Urbana</b>								
<i>subtotal</i>	<b>217.723</b>	<b>213.898</b>	<b>3.825</b>	<b>1,8%</b>	<b>41.515</b>	<b>43.020</b>	<b>- 1.506</b>	<b>- 3,5%</b>
<b>Saúde</b>								
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	210.806	210.610	196	0,1%	280.806	331.577	- 50.771	- 15,3%
Centro Hospitalar de São João, EPE	461.252	494.130	- 32.878	- 6,7%	330.984	356.090	- 25.106	- 7,1%
Centro Hospitalar do Porto, EPE	364.579	185.413	179.165	96,6%	343.000	164.313	178.687	108,7%
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	281.097	180.023	101.074	56,1%	273.610	178.322	95.288	53,4%
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	905.450	691.451	213.999	30,9%	987.259	760.642	226.617	29,8%
Outros	4.730.760	3.176.698	1.554.062	48,9%	4.166.884	2.741.639	1.425.245	52,0%
<i>subtotal</i>	<b>6.953.945</b>	<b>4.938.327</b>	<b>2.015.618</b>	<b>40,8%</b>	<b>6.382.543</b>	<b>4.532.583</b>	<b>1.849.960</b>	<b>40,8%</b>
<b>Transportes</b>								
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	112.610	117.123	- 4.513	- 3,9%	1.020.191	987.650	32.541	3,3%
CP - Comboios de Portugal, EPE	1.006.635	1.028.848	- 22.213	- 2,2%	4.411.878	4.265.222	146.656	3,4%
Metro do Porto, SA	2.217.564	2.286.608	- 69.044	- 3,0%	4.275.721	4.075.185	200.536	4,9%
Metropolitano de Lisboa, EPE	4.993.630	4.804.179	189.452	3,9%	5.349.845	5.258.426	91.419	1,7%
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA	98.360	90.949	7.411	8,1%	566.624	513.946	52.679	10,2%
Outros	103.972	103.442	530	0,5%	254.958	248.429	6.529	2,6%
<i>subtotal</i>	<b>8.532.770</b>	<b>8.431.149</b>	<b>101.621</b>	<b>1,2%</b>	<b>15.879.216</b>	<b>15.348.857</b>	<b>530.359</b>	<b>3,5%</b>
<b>Outros</b>								
ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E	400.883	387.140	13.743	3,5%	369.689	376.613	- 6.924	- 1,8%
Outros	697.209	641.010	56.200	8,8%	409.782	341.007	68.775	20,2%
<i>subtotal</i>	<b>1.098.092</b>	<b>1.028.149</b>	<b>69.943</b>	<b>6,8%</b>	<b>779.472</b>	<b>717.620</b>	<b>61.852</b>	<b>8,6%</b>
<b>Empresas Parpública</b>								
Parpública - Participações Públicas, SGPS, SA	8.785.733	8.255.812	529.921	6,4%	5.880.053	5.209.775	670.278	12,9%
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	1.257.260	1.239.991	17.268	1,4%	650.076	651.587	- 1.511	- 0,2%
Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	164.392	161.602	2.790	1,7%	37.385	38.536	- 1.151	- 3,0%
TAP, SA	1.915.084	1.859.584	55.500	3,0%	1.847.182	1.745.593	101.589	5,8%
Outros	1.868.799	1.891.290	- 22.491	- 1,2%	527.220	551.906	- 24.686	- 4,5%
<i>subtotal</i>	<b>13.991.268</b>	<b>13.408.281</b>	<b>582.987</b>	<b>4,3%</b>	<b>8.941.916</b>	<b>8.197.397</b>	<b>744.519</b>	<b>9,1%</b>
<b>Total SEE</b>	<b>62.426.728</b>	<b>58.640.970</b>	<b>3.785.759</b>	<b>6,5%</b>	<b>61.539.971</b>	<b>58.840.196</b>	<b>2.699.775</b>	<b>4,6%</b>

Fonte: SIRIEF

**Quadro C.2 – Rácio de Endividamento**

Unid: Milhares de euros

	Financiamentos Obtidos				Financiamentos Obtidos / Ativo		
	3.º Trim 2014	4.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%	3.º Trim 2014	4.º Trim 2013	Dif. 14-13 (p.p.)
<b>Comunicação Social</b>							
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA	721	1.020	- 299	- 29,3%	5,6%	7,5%	- 1,8
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA	71.266	73.384	- 2.118	- 2,9%	21,0%	20,5%	0,5
<i>subtotal</i>	71.987	74.404	- 2.417	- 3,2%	20,5%	20,0%	0,4
<b>Cultura</b>							
<i>subtotal</i>	910	900	10	1,1%	9,8%	10,2%	- 0,4
<b>Infraestruturas</b>							
Administração Portuária	152.398	160.789	- 8.391	- 5,2%	8,5%	8,9%	- 0,4
EP - Estradas de Portugal, SA	2.889.019	3.203.094	- 314.074	- 9,8%	14,1%	16,2%	- 2,2
Parque Escolar, EPE	1.132.680	1.140.000	- 7.320	- 0,6%	47,9%	47,6%	0,3
REFER - Rede Ferroviária Nacional, EPE	6.814.020	7.184.100	- 370.080	- 5,2%	122,7%	133,4%	- 10,7
Outros	744.114	729.452	14.662	2,0%	71,5%	78,5%	- 6,9
<i>subtotal</i>	11.732.232	12.417.435	- 685.204	- 5,5%	37,5%	41,1%	- 3,5
<b>Requalificação Urbana</b>							
<i>subtotal</i>	0	111	- 111	- 100,0%	0,0%	0,1%	- 0,1
<b>Saúde</b>							
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	-	81.017	- 81.017	- 100,0%	-	38,5%	- 38,5
Centro Hospitalar de São João, EPE	-	-	-	-	-	-	-
Centro Hospitalar do Porto, EPE	-	-	-	-	-	-	-
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	-	-	-	-	-	-	-
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	8.021	8.021	-	-	0,9%	1,2%	- 0,3
Outros	36.115	294.951	- 258.837	- 87,8%	0,8%	9,3%	- 8,5
<i>subtotal</i>	44.135	383.989	- 339.854	- 88,5%	0,6%	7,8%	- 7,1
<b>Transportes</b>							
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	807.765	776.721	31.044	4,0%	717,3%	663,2%	54,1
CP - Comboios de Portugal, EPE	3.889.555	3.807.787	81.768	2,1%	386,4%	370,1%	16,3
Metro do Porto, SA	3.205.434	3.180.620	24.814	0,8%	144,5%	139,1%	5,4
Metropolitano de Lisboa, EPE	4.161.011	4.269.479	- 108.467	- 2,5%	83,3%	88,9%	- 5,5
Sociedade Transportes Coletivos do Porto, SA	416.628	395.935	20.693	5,2%	423,6%	435,3%	- 11,8
Outros	183.533	178.127	5.407	3,0%	176,5%	172,2%	4,3
<i>subtotal</i>	12.663.926	12.608.668	55.258	0,4%	148,4%	149,5%	- 1,1
<b>Outros</b>							
ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E	359.695	360.019	- 325	- 0,1%	89,7%	93,0%	- 3,3
Outros	214.569	150.574	63.995	42,5%	30,8%	23,5%	7,3
<i>subtotal</i>	574.264	510.593	63.671	12,5%	52,3%	49,7%	2,6
<b>Empresas Parpública</b>							
Parpública - Participações Públicas, SGPS, SA	4.752.438	4.221.192	531.246	12,6%	54,1%	51,1%	3,0
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	605.000	610.219	- 5.219	- 0,9%	48,1%	49,2%	- 1,1
Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	-	-	-	-	-	-	-
TAP, SA	851.797	841.989	9.809	1,2%	44,5%	45,3%	- 0,8
Outros	466.457	495.587	- 29.130	- 5,9%	25,0%	26,2%	- 1,2
<i>subtotal</i>	6.675.693	6.168.987	506.706	8,2%	47,7%	46,0%	1,7
<b>Total SEE</b>	<b>31.763.147</b>	<b>32.165.088</b>	<b>- 401.941</b>	<b>- 1,2%</b>	<b>50,9%</b>	<b>54,9%</b>	<b>- 4,0</b>

Fonte: SIRIEF

## D – PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES

### Quadro D - Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores

Unid: Dias

	3.º Trim 2014	3.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%
<b>Comunicação Social</b>				
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA	16	18	-2	- 11,1%
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA	82	86	-4	- 4,7%
<i>subtotal</i>	80	84	-4	- 4,8%
<b>Cultura</b>				
<i>subtotal</i>	34	74	-40	- 54,1%
<b>Infraestruturas</b>				
Administração Portuária	26	34	-8	- 23,5%
EP - Estradas de Portugal, SA	20	18	2	11,1%
Parque Escolar, EPE	38	53	-15	- 28,3%
REFER - Rede Ferroviária Nacional, EPE	36	40	-4	- 10,0%
Outros	57	67	-10	- 14,9%
<i>subtotal</i>	29	28	1	3,6%
<b>Requalificação Urbana</b>				
<i>subtotal</i>	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>	-	-
<b>Saúde</b>				
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	355	361	-6	- 1,7%
Centro Hospitalar de São João, EPE	87	180	-93	- 51,7%
Centro Hospitalar do Porto, EPE	192	183	9	4,9%
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	219	183	36	19,7%
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	512	471	41	8,7%
Outros	228	242	-14	- 5,8%
<i>subtotal</i>	253	260	-7	- 2,7%
<b>Transportes</b>				
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	48	57	-9	- 15,8%
CP - Comboios de Portugal, EPE	345	187	158	84,5%
Metro do Porto, SA	150	114	36	31,6%
Metropolitano de Lisboa, EPE	13	35	-22	- 62,9%
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA	61	53	8	15,1%
Outros	56	74	-18	- 24,3%
<i>subtotal</i>	196	119	77	64,7%
<b>Outros</b>				
ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E	12	9	3	33,3%
Outros	17	45	-28	- 62,2%
<i>subtotal</i>	17	37	-20	- 54,1%
<b>Empresas Parpública</b>				
Parpública - Participações Públicas, SGPS, SA	33	28	5	17,9%
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	43	66	-23	- 34,8%
Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	61	65	-4	- 6,2%
TAP, SA	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>	-	-
Outros	33	24	9	37,5%
<i>subtotal</i>	43	53	-10	- 18,9%

Fonte: SIRIEF

Nota 1 - Os dados referentes ao sector da Saúde são fornecidos pela ACSS. Nas restantes empresas, os dados são remetidos pelas mesmas à DGTF.

Nota 2 - Os "Outros", subtotais e totais são médias ponderadas do sector em causa.

## E – LEGISLAÇÃO NO ÂMBITO DO SEE

DR	Data de Publicação	Diploma	Sumário Diário República
<b>Outros</b>			
1ºS	02-07-2014	Resolução da Assembleia da República n.º 62/2014	Recomenda ao Governo um conjunto de procedimentos para a promoção da transparência na contratação pública com recurso a parcerias público privadas
1ºS	08-07-2014	Portaria n.º 140/2014	Define os procedimentos necessários à execução da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, com a redação introduzida pela Lei n.º 1/2014, de 16 de janeiro, no âmbito de operações de capitalização de instituições de crédito com recurso a investimento público
2ºS C	18-07-2014	Despacho n.º 9326/2014	Manutenção da garantia pessoal do Estado às obrigações contraídas pelo Metropolitano de Lisboa, E. P. E., junto do Banco Europeu de Investimento, para financiamento parcial dos projetos «Metropolitano de Lisboa I/2 (EIB/ED)» e «Metropolitano de Lisboa II»
2ºS C - 1ºS	28-07-2014	Despacho n.º 9737-B/2014	Subdelega no Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, Sérgio Paulo Lopes da Silva Monteiro, os poderes para proceder à contratualização das obrigações de serviço público com as empresas STCP e MP
2ºS C	31-07-2014	Anúncio n.º 197/2014	Abertura do procedimento de classificação das 13 obras de Joan Miró pertencentes à Parups, S. A.
2ºS C	31-07-2014	Anúncio n.º 198/2014	Abertura de procedimento de classificação das 72 obras de Joan Miró pertencentes à PARVALOREM, S. A.
2ºS C - 1ºS	07-08-2014	Despacho n.º 10191-A/2014	Delegação de poderes na Secretária de Estado do Tesouro relativamente à contratualização das obrigações com as empresas Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S. A. (STCP) e Metro do Porto, S. A. (MP)
2ºS C	08-08-2014	Despacho n.º 10220/2014	Determina que os investimentos que tenham valor inferior a EUR1.000.000 podem ser autorizados pelo conselho de administração das entidades do SNS. Revoga o despacho n.º 1747/2014 de 4 de fevereiro
2ºS C	11-08-2014	Aviso n.º 9178/2014. D.R. n.º 153	Contrato-programa para 2014 - EUR 34 689 000
1ºS	20-08-2014	Decreto Legislativo Regional n.º 11/2014/M	Adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto, que estabelece o regime jurídico aplicável à concessão de subvenções
1ºS	25-08-2014	Lei n.º 53/2014	Aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal regulamentando o Fundo de Apoio Municipal, e procede à primeira alteração à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais
2ºS C	29-08-2014	Anúncio n.º 215/2014	Arquivamento do procedimento de classificação das 13 obras de Joan Miró pertencentes à Parups, S. A.
2ºS C	29-08-2014	Anúncio n.º 216/2014	Arquivamento do procedimento de classificação das 72 obras de Joan Miró pertencentes à Parvalorem, S. A.
1ºS	29-08-2014	Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2014	Aprova, para o corrente ano, a distribuição das indemnizações compensatórias pelas diferentes empresas prestadoras de serviço público
1ºS	15-09-2014	Decreto-Lei n.º 138/2014	Estabelece, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 9/2014, de 24 de fevereiro, o regime de salvaguarda de ativos estratégicos essenciais para garantir a segurança da defesa e segurança nacional e do aprovisionamento do País em serviços fundamentais para o interesse nacional, nas áreas da energia, dos transportes e comunicações
1ºS	17-09-2014	Portaria n.º 187-A/2014	Aprova o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020), para Portugal Continental
<b>Reestruturação</b>			
1ºS	09-07-2014	Lei n.º 39/2014	Aprova a segunda alteração à Lei n.º 8/2007, de 14 de fevereiro, que procede à reestruturação da concessionária do serviço público de rádio e televisão, bem como os novos estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S. A.
2ºS C - 1ºS	06-08-2014	Despacho (extrato) n.º 10145-A/2014	Nomeação de uma Comissão de Planeamento com o objetivo de assegurar, de forma sustentada, a preparação dos trâmites necessários ao processo de fusão da REFER - Rede Ferroviária Nacional, EPE e da EP - Estradas de Portugal, SA
1ºS	29-08-2014	Decreto-Lei n.º 129/2014	Aprova a orgânica do Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I. P.
1ºS	29-08-2014	Decreto-Lei n.º 130/2014	Aprova a orgânica da Direção-Geral de Energia e Geologia
1ºS	03-09-2014	Decreto-Lei n.º 132/2014	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 98/2011, de 21 de setembro, que cria o Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.
<b>Órgãos Sociais</b>			
2ºS C	14-07-2014	Resolução n.º 22/2014	Nomeia os membros do conselho de administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo, E. P. E.
2ºS C	21-07-2014	Despacho n.º 9378/2014	Exonera, a seu pedido, o Dr. Franquelim Fernando Garcia Alves do cargo de vogal da comissão instaladora da Instituição Financeira de Desenvolvimento (IFD)
2ºS C	18-08-2014	Despacho n.º 10607/2014	Centro Hospitalar de São João, E. P. E. - designação do fiscal único efetivo e suplente para o mandato 2014-2016 e fixação da respetiva remuneração
2ºS C	18-08-2014	Despacho n.º 10608/2014	Centro Hospitalar de Leiria, E. P. E. - designação do fiscal único efetivo e suplente para o mandato 2014-2016 e fixação da respetiva remuneração
2ºS C	01-09-2014	Despacho n.º 11066/2014	Nomeia, presidente do conselho consultivo da Unidade Local de Saúde de Matosinhos, E. P. E., o Doutor Manuel Ferreira de Oliveira
2ºS C	01-09-2014	Despacho n.º 11067/2014	Nomeia, presidente do conselho consultivo do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E. P. E., o Dr. Manuel Soares de Oliveira Violas
2ºS C	01-09-2014	Despacho n.º 11068/2014	Nomeia, presidente do conselho consultivo do Centro Hospitalar do Alto Ave, E. P. E., o Dr. José Fernando Rodrigues Alves Pinto
2ºS C	01-09-2014	Despacho n.º 11069/2014	Nomeia, presidente do conselho consultivo da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E., o Eng.º José Luís Martinho Correia
2ºS C	03-09-2014	Resolução n.º 23/2014	Nomeia os membros do conselho de administração da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E. P. E.
2ºS C	08-09-2014	Despacho n.º 11267/2014	Autoriza o licenciado Carlos Manuel Seixas da Fonseca, vogal executivo do conselho de administração da APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S. A., a acumular estas funções com as de professor do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa no decurso dos anos letivos 2014/2015 e 2015/2016
2ºS C	16-09-2014	Declaração de retificação n.º 907/2014	Retifica a Resolução n.º 11/2014, de 27 de março, da Presidência do Conselho de Ministros, que nomeia os membros do conselho de administração do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E. P. E., publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 61, de 27 de março de 2014
2ºS C	30-09-2014	Despacho n.º 12035/2014	Nomeia como representante do Estado no BANIF o Dr. Miguel Silva Artiaga Barbosa



DR	Data de Publicação	Diploma	Sumário Diário República
<b>Privatizações / Concessões</b>			
1ºS - 1ºS	19-09-2014	Resolução do Conselho de Ministros n.º 55-B/2014	Seleciona o vencedor do concurso público de reprivatização da Empresa Geral de Fomento, S. A.
1ºS - 1ºS	04-09-2014	Resolução do Conselho de Ministros n.º 54-A/2014	Define as condições a que obedece a venda direta institucional com ou sem colocações aceleradas, aprova o respetivo caderno de encargos e estabelece igualmente as condições aplicáveis ao preço unitário de venda das ações correspondentes ao remanescente do capital social da CTT - Correios de Portugal, S. A.
2ºS C - 1ºS	05-09-2014	Despacho n.º 11258-B/2014	Estabelece o preço unitário de venda de ações dos CTT, no âmbito do processo de venda direta institucional
1ºS	18-08-2014	Decreto-Lei n.º 124/2014	Permite que a privatização da participação remanescente da PARPÚBLICA-Participações Públicas, SGPS, S.A., no capital social da CTT - Correios de Portugal, S.A., possa também concretizar-se através de uma ou mais operações de venda direta institucional com vista à dispersão das ações por investidores qualificados, nacionais ou internacionais
1ºS	02-07-2014	Decreto-Lei n.º 98/2014	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 319-A/2001, de 10 de dezembro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da Cova da Beira, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 128/2008, de 21 de julho, que constitui a sociedade RESIESTRELA - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., bem como à alteração dos estatutos
1ºS	02-07-2014	Decreto-Lei n.º 99/2014	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 89/96, de 3 de julho, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Sul do Douro e à alteração dos estatutos da sociedade SULDouro - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, S.A.
1ºS	02-07-2014	Decreto-Lei n.º 100/2014	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 116/96, de 6 de agosto, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da Alta Estremadura e à alteração dos estatutos da sociedade VALORLIS - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A.
1ºS	02-07-2014	Decreto-Lei n.º 101/2014	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 114/96, de 5 de agosto, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Vale do Lima e Baixo Cávado e à alteração dos estatutos da sociedade RESULIMA - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A.
1ºS	02-07-2014	Decreto-Lei n.º 102/2014	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/96, de 5 de setembro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Litoral Centro e à alteração dos estatutos da sociedade ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S. A.
1ºS	02-07-2014	Decreto-Lei n.º 103/2014	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 113/96, de 5 de agosto, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Vale do Minho e à alteração dos estatutos da sociedade VALORMINHO - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.
1ºS	02-07-2014	Decreto-Lei n.º 104/2014	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 53/97, de 4 de março, que cria o sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da margem sul do Tejo e à alteração dos estatutos da sociedade AMARSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A.
1ºS	02-07-2014	Decreto-Lei n.º 105/2014	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 11/2001, de 23 de janeiro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Norte Alentejano e à alteração dos estatutos da sociedade VALNOR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A.
1ºS	02-07-2014	Decreto-Lei n.º 106/2014	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 235/2009, de 15 de setembro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Norte Central e à alteração dos estatutos da sociedade RESINORTE - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.
1ºS	09-07-2014	Lei n.º 38/2014	Procede à primeira alteração à Lei n.º 54/2010, de 24 de dezembro, que aprova a Lei da Rádio, modificando o prazo para a concessão do serviço público de rádio
1ºS	09-07-2014	Lei n.º 40/2014	Procede à segunda alteração à Lei n.º 27/2007, de 30 de julho (Lei da Televisão e dos Serviços Audiovisuais a Pedido), modificando o conteúdo dos programas que integram a concessão do serviço público de televisão
1ºS	22-07-2014	Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2014	Determina o início do processo de abertura à iniciativa privada dos serviços públicos de transporte de passageiros prestados pelas empresas Sociedade Transportes Coletivos do Porto, S.A., e Metro do Porto, S.A., através da subconcessão dos serviços
2ºS C	25-07-2014	Despacho n.º 9619/2014	Nomeação da comissão de negociação do Terminal XXI
2ºS C - 2ºS	08-08-2014	Despacho n.º 10272-A/2014	Aprova as peças do procedimento do "Concurso Público para as Subconcessões dos Sistemas de Transporte da Metro do Porto, S.A. e da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.", nos termos da proposta apresentada pelos respetivos Conselhos de Administração